

Cadernos IHU em formação

Ditadura

1964

A Memória do Regime Militar

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Reitor

Aloysio Bohnen, SJ

Vice-reitor

Marcelo Fernandes Aquino, SJ

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Diretora adjunta

Hiliana Reis

Gerente administrativo

Jacinto Schneider

Cadernos IHU em formação

Ano 1 – Nº 4 – 2005

ISSN 1807-7862

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Esp. Âgueda Bichels – Unisinos

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta - Unisinos

Prof. MS Dárnis Corbellini – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. MS Laurício Neumann – Unisinos

MS Rosa Maria Serra Bavaresco – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. MS Vera Regina Schmitz – Unisinos

Responsável técnico

Laurício Neumann

Revisão

Mardilê Friedrich Fabre

Secretaria

Camila Padilha

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.5908223 – Fax: 51.5908467

www.unisinos.br/ihu

Sumário

Apresentação	
<i>Solon Eduardo Annes Viola</i>	4
Devemos passar o Brasil a limpo	
<i>Entrevista com Luiz Werneck Vianna</i>	13
Em 1964, havia muitos grupos golpistas	
<i>Entrevista com Marco Antônio Villa</i>	16
O golpe do ponto de vista dos militares	
<i>Entrevista com Celso Castro</i>	21
A “segurança da cela” e o risco da liberdade	
<i>Entrevista com Vera Stringuini</i>	23
O golpe dividiu a Igreja e a sociedade	
<i>Entrevista com José Oscar Beozzo</i>	26
O Brasil no imaginário e nos porões da ditadura	
<i>Entrevista com Carlos Fico</i>	32
O Pasquim: resistência crítica e humor	
<i>Entrevista com José Luiz Braga</i>	35
Berlinda na lua cheia. João Carlos Haas e a guerrilha do Araguaia	
<i>Entrevista com Sônia Haas</i>	39
Coincidências e diferenças nos modelos econômicos: governo militar, FHC e Lula	
<i>Entrevista com Wilson Cano</i>	44

Os **Cadernos IHU em formação** são uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, que reúne, num caderno, entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados no Boletim ***IHU On-Line***. Deste modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, em torno de temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, trabalho, teologia pública, filosofia, política, economia, literatura, movimentos sociais, etc. que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Apresentação

Rever 1964 para refazer a sociedade

A década de 1960 foi um período de intensas mudanças que colocaram um fim no, aparentemente, organizado mundo do pós-guerra. As rebeliões do final da década demonstravam que a era dourada do capitalismo revelava sinais de esgotamento e o sonho do socialismo, construído através do Estado, perdia apoio e gerava desconfiança. A guerra fria deslocava-se, com armas e diplomacia, das nações centrais do capitalismo para as regiões geopoliticamente conhecidas, no período, como Terceiro Mundo. Somente o petróleo barato permitia a manutenção do crescimento econômico que, sob o manto discursivo do desenvolvimento, não levava em consideração custos sociais e degradação ambiental.

Na América Latina, a década de 1960 começara dois anos antes quando um levante de jovens humanistas foi capaz de colocar em movimento o continente, refazendo sua história. A Revolução Cubana alterou as regras do jogo clássico que servia de modelo às transformações políticas do continente ao derrotar um ditador, que, como tantos outros, colocara o Estado a serviço de um pequeno grupo de nacionalistas e de seus tão próximos aliados externos. O pequeno “crocodilo verde” precisaria desafiar a própria sorte e enfrentar cercos e invasões que quatro anos depois, em 1962, se transformaram em isolamento político e econômico, organizados pelos poderosos vizinhos do Norte, quando a revolução assumiu um discurso socialista e estabeleceu vínculo com a União Soviética. Desde então, a guerra fria aqueceria não só a América Central, mas todo o continente.

A partir de então, o maniqueísmo da doutrina de segurança envolveria, em sombras densas, o futuro das jovens nações latino-americanas es-

pecialmente aquelas que, desde a metade do século, demonstravam alternativas de desenvolvimento autônomo, como, por exemplo, a Argentina, o México e o Brasil.

O que estava em jogo

Para essas nações, o que estava em jogo era a possibilidade de garantir suas soberanias e de inserir-se, de forma emancipada, na comunidade internacional das nações. O Brasil, desde a década de 1930, priorizava um programa de industrialização e urbanização, capaz de encontrar espaços de inserção de um contingente considerável de trabalhadores urbanos amparados por uma legislação social que regulamentava as relações entre capital e trabalho. A conjuntura internacional, com as duas guerras mundiais, seguidas das políticas de recuperação econômica e social, afrouxara os laços da dominação externa, possibilitando um longo período de desenvolvimento até então desconhecido.

A década de 1960 encontrou o País em um estado de quase euforia tanto econômica quanto cultural. A idade de ouro do capitalismo reconstituía a economia européia e japonesa por meio de investimentos maciços, feitos pelo capital norte-americano. No Brasil, a industrialização, comandada por São Paulo, gerava uma política de absorção de mão-de-obra, especialmente voltada para a produção de automóveis, eletrodomésticos e obras de infra-estrutura, as grandes vias da integração nacional. A construção de Brasília demandava o deslocamento de recursos e trabalhadores para o Planalto Central do país ao mesmo tempo que compunha um universo de empolgação presentes na vida cultural, manifestos numa explosão

de novidades, como o cinema novo, a bossa-nova, as campanhas de alfabetização com seus novos métodos pedagógicos. De certa forma, os camponeses e os trabalhadores brasileiros começavam a sair das obras literárias de denúncia da injustiça social para atuarem como protagonistas de sua própria história em um universo político de disputas democráticas limitadas aos padrões internacionais da guerra fria.

Já em 1946, logo após a proclamação da constituição, a bancada eleita pelo partido comunista (9 parlamentares) foi cassada, e o PC, colocado na clandestinidade. No início dos anos 1950 o governo nacionalista de Getúlio Vargas passou a ser acusado de corrupção e de estar envolvido em “um mar de lama”. As disputas nacionais não eram mais acerca do modelo agrário ou industrial de desenvolvimento, mas sim a respeito de quem teria hegemonia sobre o modelo. O suicídio de Vargas, em agosto de 1954, adiou o golpe de Estado, possibilitando uma década de embates políticos feitos tanto nos espaços institucionais como em múltiplas tentativas de tomada do poder no parlamento (logo após a morte de Getúlio) e por meio de intervenções militares (por militares da Aeronáutica contra o governo de Juscelino Kubitschek).

O governo Juscelino (1956-1960) redimensionou a vida brasileira. Internacionalista, abriu o País ao capital industrial internacional, implantando um parque automobilístico e de eletrodomésticos; nacionalista, não aceitou as sugestões macroeconômicas do FMI (o clássico receituário de controle da inflação e de contenção dos gastos públicos) enquanto investia recursos públicos em obras que demandavam a ocupação de mão-de-obra (frentes de trabalho de combate à seca, estradas de dimensões nacionais e a construção de Brasília) e negociava com os sindicatos e o movimento social.

A eleição de Juscelino¹ com uma coligação de partidos criados por Vargas, “as duas naus da governabilidade”, destinadas a comandar a vida

política nacional: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Além da oposição militar, Juscelino defrontava-se com a oposição política centrada na União Democrática Nacional (UDN), que representava o latifúndio e abrigava o pensamento conservador, derrotado nas eleições presidenciais anteriores, da efêmera democracia daquele período. A eleição de Jânio Quadros, tendo como bandeira o combate à corrupção (o símbolo do candidato era uma vasoura), em 1960, alteraria esse quadro. Político habituado a trocar de sigla partidária a cada eleição, Jânio não era um udenista histórico², sua eleição, com João Goulart como vice (candidato à vice do derrotado general Henrique Lott da coligação PTB/PSD), radicalizaria a vida política nacional.

Segundo Villa (p. 17), “Havia sempre um problema entre a direita e as urnas: ela perdia constantemente as eleições [...] havia uma direita que, há muito tempo, lutava contra aquela democracia de massas que estava se constituindo no Brasil”. Jânio seria mais uma desilusão do pensamento conservador. O combate à corrupção resumia-se a medidas moralistas como proibir corridas de cavalo e imagens de mulheres em trajes de banho. A política externa, aparentemente soberana, aumentava o descontentamento, na medida em que Jânio não só não aderiu ao Bloqueio a Cuba como condecorou Che Guevara com a medalha do Cruzeiro do Sul, honraria da diplomacia brasileira, concedida a políticos de reconhecido mérito político.

Sua renúncia, numa madrugada de agosto, ampliou as divisões políticas da sociedade brasileira. Os setores conservadores das forças armadas, da sociedade política e da sociedade civil mobilizaram-se para impedir a posse do vice-presidente. Os setores legalistas das forças armadas e os setores nacionalistas da sociedade política e da sociedade civil moveram-se para garantir sua posse. A mediação entre as diferentes correntes do pensamento político construiu uma solução híbri-

¹ No breve período democrático de meados do século passado, foram eleitos: em 1946, Eurico Gaspar Dutra, pela coligação PSD-PTB, em 1950, Getúlio Vargas, pela coligação PTB-PSD, em 1955, Juscelino Kubitschek, pela coligação PSD-PTB e, em 1960, Jânio Quadros, pela UDN.

² Afonso Arinos senador pela UDN e, posteriormente, ministro nos governos militares diria: “Jânio é a UDN de porre”.

da: João Goulart, herdeiro político de Vargas e latifundiário, assumiria a Presidência como chefe de estado, e o moderado Tancredo Neves assumiria o governo como primeiro-ministro num parlamentarismo de ocasião. A crise fora outra vez contornada, mas a sociedade estava irreparavelmente dividida, e as diferentes correntes do pensamento político moviam-se para definir quem conseguiria a hegemonia do processo de desenvolvimento, as forças nacionais ou aquelas que, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, defendiam um modelo associado de desenvolvimento.

A escolha do futuro estava no passado

A posse de Goulart completava um ciclo de derrotas do pensamento conservador, que começara depois da deposição de Vargas, na década de 1940, e chegara a seu ponto mais agudo, virara-se impedida de tomar o poder quando o suicídio do Presidente, em 1954, provocou uma reação popular que, ocupando as ruas das grandes cidades, impediu a concretização do golpe. Novas tentativas golpistas foram dadas para impedir a posse de Juscelino (1956) e Goulart (1961). A partir de então, os embates políticos envolveriam a sociedade civil, rompendo os limites do parlamento, do executivo e dos partidos. De um lado, o executivo, setores nacionalistas, partidos de centro-esquerda (VILLA, p.16) parte da mídia, setores da Igreja, os sindicatos, os estudantes e, até mesmo os camponeses, moviam-se no sentido de ampliar as reformas (chamadas de reformas de base), indispensáveis para a continuação do crescimento econômico que empolgava a nação, assumindo um protagonismo histórico. De outro lado, agiam grupos conservadores que englobavam políticos tradicionais, partidos conservadores, setores de classe média, entre eles setores da Igreja que, inspirados pelo padre americano Patrick Peyton, que, com seu discurso anticomunista, organizou a Marcha com Deus pela Família, mobilizando mais de 500 mil pessoas em todo o Brasil (BEOZZO, p. 26). Mas, as principais forças dessa corrente política estavam ligadas às instituições militares e a diferentes correntes golpistas, algumas delas ligadas à

embaixada americana (VILLA, p. 16) e todas, sem exceção, influenciadas pela doutrina de segurança nacional e pelos pressupostos estratégicos da guerra fria, segundo a qual “quem não é nosso amigo é amigo de nosso inimigo”.

Dividida, a sociedade brasileira movia-se na expectativa de implementar o desenvolvimento econômico e realizar as reformas que a modernização da segunda metade do século XX exigia. De um lado, defendiam-se as reformas de base e a inserção social das populações historicamente marginalizadas a partir de um processo de desenvolvimento de base nacional, de outro lado, compreendia-se que o desenvolvimento e as reformas sociais passariam pela associação com o capital internacional mesmo em uma condição de dependência e atrelamento aos projetos internacionais do capitalismo. Nessa posição, encontravam-se os capitalistas nacionais ligados a Federações empresariais, notadamente à FIESP e seus parceiros, os proprietários de terra.

Foi a construção de uma aliança desses setores com as facções golpistas das Forças Armadas e a política internacional norte-americana, respaldada pela da guerra fria e a teoria da segurança nacional, que possibilitou a interrupção da breve experiência democrática de meados do século passado. Embora Werneck Vianna (p.13) reconheça que “o golpe não era inevitável”, o projeto de tomada do poder pelas forças armadas já estava sendo arquitetado há, pelo menos, uma década. Mesmo que a intervenção militar pudesse ter sido contornada, o que poderia ter ocorrido na leitura de VIANA se as lideranças que propunham mudanças entendessem que elas só poderiam ocorrer, de fato, no interior das instituições, os setores golpistas já se movimentavam em nome da garantia da ordem democrática ameaçada pelas prováveis inspirações golpistas existentes no interior do próprio governo. (VILLA, p. 16).

O governo cai como um castelo de cartas

Quando as unidades militares golpistas se colocaram em movimento, percebeu-se que o propalado “esquema militar” de Goulart era somente

um esquema. Inexistentes ou sem comando, os militares constitucionalistas não opuseram resistência ao golpe. A população que, em agosto de 1954 e em agosto de 1961, ocupara as ruas das grandes cidades para manifestar-se em defesa da democracia, em 1964, embora estarecida, permaneceu como uma reservada observadora da sociedade política e das ações do Estado e de suas forças de segurança. Informados, ou não, da presença de forças armadas americanas no litoral do Brasil o Presidente saiu de Brasília e o deputado Auro de Moura Andrade apressou o golpe ao declarar, no Congresso Nacional, vago o cargo de Presidente da República, com Goulart ainda em território nacional. Terminava “um período de grande progresso econômico, político e cultural que o País viveu nos anos 1945 – 1964. No campo cultural, foi o grande momento do Brasil, tanto na área do cinema, como da literatura, da arquitetura, das artes plásticas [...] Havia um desenvolvimento político muito grande, em que estávamos construindo, nesses quase vinte anos, uma democracia de massa” (VILLA, 17).

O Golpe de Estado rompeu os limites da democracia, reorientando os rumos da economia brasileira pela substituição do modelo de desenvolvimento de base nacional por um modelo de desenvolvimento comandado pelo capital internacional. O novo Estado de tipo militar tinha como orientação criar vínculos com o capital financeiro e às corporações multinacionais, garantindo a inserção do Brasil na esfera do capitalismo internacional hegemônico pelos Estados Unidos.

O novo quadro político recolocava a questão da democracia e dos direitos humanos em um outro patamar, fazendo com que o paradoxo dos direitos humanos viesse a se expressar de forma plena. O golpe contra o governo constitucional foi dado em nome da democracia e dos direitos humanos (nos moldes da política da guerra fria) e da Doutrina de Segurança Nacional dela decorrente e que via ameaças aos princípios da civilização ocidental nas políticas do governo deposto.

O discurso dos militares, especialmente nos primeiros meses após o golpe, projetava o retorno, na maior brevidade possível, aos saudáveis princípios do modelo de democracia formal, ou seja, desenhava-se como “um movimento contra, e não por alguma coisa. Era contra a subversão, contra a corrupção³. Você pode reprimi-las, mas não as destruirá. Era algo destinada a corrigir, não a construir algo novo, e isso não é revolução”. Todavia, para que a proclamada pacificação nacional pudesse ser politicamente efetivada, seria necessário rejeitar, (como discurso) a idéia da luta de classes, congregando a população por meio de uma consciência que exigia um pensamento único sobre os princípios fundamentais da democracia.

O simples pensar diferente poderia ser considerado razão e causa de “subversão” ou “terrorismo”. Assim, a DSN⁴ propunha a eliminação da diferença, e do pensamento de oposição ao modelo, de tal modo que se estabelecia um pensamento único por meio do qual conceitos clássicos da vida política, como o debate entre as diferentes correntes políticas, eram suprimidos e impostos pensamentos autoritários sob o domínio de um projeto único, incapaz de suportar críticas. Ao contrário, as oposições eram tratadas como subversão e silenciadas a ponto de a sociedade não ter conhecimento de sua existência. Segundo HASS (p. 40), “pessoas como nós que vivíamos, em São Leopoldo, que tínhamos acesso limitado às informações [...] ficávamos isolados [...] Era um cenário em que se ignorava o que estava acontecendo ali na esquina. As pessoas poderiam estar morrendo, sendo torturadas na delegacia da cidade e ninguém sabia de nada”.

As guerras no interior das forças armadas

No interior do poder, as disputas aconteciam, de tal modo que o autoritarismo militar brasileiro não apresentou uma única posição, como se poderia supor, e suas diferentes facções representa-

³ GEISEL, 1981 apud GASPARI, 2002, p. 138.

⁴ Sobre a Doutrina de Segurança Nacional veja-se, especialmente, Comblin (1980), Rouquié (1997), O’Donnel (1982), Borges (2003) e Oliveira (1976).

ram as divisões existentes nas forças armadas não só no momento do golpe mas também ao longo de todo o período militar⁵. Um exemplo claro dessas diferenças está relacionado com a Escola Superior de Guerra (ESG)⁶ que, de formadora de quadros no primeiro período autoritário (a maior parte dos militares que ocuparam postos antes destinados a civis na burocracia do Estado haviam sido alunos da Escola) passou a representar um complicador político cuja influência foi, gradativamente, descartada ao longo do governo Geisel.

Aos debates internos correspondia o enquadramento da sociedade política, manietada e mantida em funcionamento disciplinado com um bipartidarismo criado pelo Ato Institucional nº 2, que definia, desde o executivo, quem deveria fazer parte da situação (a Aliança Renovadora Nacional – ARENA) e quem deveria compor a oposição (o Movimento Democrático Nacional – MDB)⁷. Disciplinada a sociedade política, a sociedade civil foi silenciada com diferentes políticas que envolveram entre outras ações: a) a censura aos meios de comunicação; b) a vigilância sobre as manifestações artísticas e culturais, c) o controle dos diferentes tipos de movimentos sociais; D) o incentivo a um imaginário ufanista representado por campanhas publicitárias, elaboradas por relações públicas (os marqueteiros de hoje), baseadas no “milagre econômico” e por “coincidências conjunturais como a conquista da Copa do Mundo pelo Brasil” (FICO, p.33). Alias, a partir desse período, o futebol pode ser tratado como uma política de interesse público, sem dúvida, uma política pública, capaz de alcançar êxitos consideráveis.

Êxitos somente comparáveis aos do crescimento econômico das décadas de 1960 e 1970. De 1967 em diante, contido o processo inflacionário do início da década, o País começou a

apresentar taxas de crescimento que, ao longo de dez anos, manteve uma média de 10 % ao ano. Para Cano (p. 20) “a taxa de emprego foi fenomenalmente alta, o PIB cresceu [...], a urbanização avançou sobremodo; ampliamos consideravelmente a classe média, modernizamos a agricultura e uma parte substancial do setor industrial”. O crescimento da economia respaldou-se nos investimentos em infra-estrutura, feitos ainda nos anos 1950, acrescidos de dois fatores internacionais decisivos; o petróleo barato (2 dólares o barril) e financiamento externo abundante e com juros baixos. Na política interna, o controle dos sindicatos e a repressão às suas lideranças possibilitou o enxugamento dos salários dos trabalhadores, a transferência de renda para setores de classe média (por meio de políticas específicas como financiamento para habitação), o que levou ao crescimento das desigualdades sociais. O empobrecimento dos trabalhadores pode ser visualizado no quadro abaixo que compara o valor do salário mínimo em pleno período da ditadura:

Quadro 1 – O valor salário mínimo

O salário mínimo no período do “milagre econômico”			
Valor do salário mínimo e percentual de trabalhadores que o recebiam entre 1969 e 1973			
		1969	1973
Assalariados ganhando salário mínimo	Na indústria	54,8%	48,4%
	Comércio/serviços	46,3%	45,3%
Horas necessárias de trabalho para a compra de 1 ração essencial por mês		100h	158h

Fonte: Ministério de Trabalho e DIEESE (KUCINSKI, 1982, p. 41)

A cooptação da classe média (CANO, p.20) não foi completa. Do seu interior, saiu a maioria dos jovens universitários que, a partir de 1966,

⁵ Cada sucessão política representou uma conjuntura de conflitos tão intensos no interior das forças armadas que a historiografia os denomina de “guerras mundiais”.

⁶ A ESG foi criada em 1949 sob influências norte-americana e francesa com a finalidade de treinar funcionários civis e militares de alto nível para exercerem funções de direção e planejamento da segurança nacional. Dois dos presidentes do ciclo militar, Humberto de Alencar Castelo Branco e Ernesto Geisel, foram dirigentes da ESG. Outros dois, Emílio Garrastzu Médici e João Batista Figueiredo, comandaram o SNI. Sobre a ESG veja-se: Borges (2003), Comblin (1980), Oliveira (1976) e Fausto (2004).

⁷ O jornalista Millôr Fernandes disse no Pasquim (veja-se o texto de José Luis Braga) “temos dois partidos, o partido do sim (situação) e o partido do sim senhor (oposição).

começaram a se reorganizar no interior das universidades ou em ações de resistência que levaram ao revigoramento das entidades estudantis, às denúncias contra prisões arbitrárias e a prática cotidiana de tortura aos presos políticos, às primeiras manifestações públicas contra a ditadura e aos enfrentamentos com os aparelhos repressivos.

O ano de 1968 aguçou a cisão entre a sociedade civil e o poder militar. De um lado, a sociedade exigia o cumprimento das promessas de redemocratização feitas em 1964, de outro, o autoritarismo reafirmava que a subversão ainda não estava contida, mas espalhava-se como erva daninha. Para o poder militar, seria preciso endurecer o jogo político, constituir os instrumentos legais para ampliar o campo das ações repressivas. O Ato Institucional nº 5 do dia 13 dezembro de 1968, suprimiu o discurso da democracia e assumiu, sem limites, a ditadura.

A ditadura sem disfarces e o movimento das catacumbas

Iniciava, então, o período mais duro da ditadura (VIANNA, p.13). A partir dele, praticamente não restavam mais espaços de ação para a sociedade civil. O movimento estudantil passava a ter suas manifestações reprimidas com crueldade, e suas lideranças perseguidas e presas. Nas prisões, as torturas aos dissidentes intensificavam-se e incorporavam técnicas e ciência. Os torturadores recebiam cursos internacionais da Escola das Américas, controlada pela CIA e sediada no Panamá, os organismos internos de segurança criavam os DOI-CODI, unindo os serviços de espionagem das forças armadas e da polícia política. A mídia, por mais leal ao sistema que pudesse ser, precisava reservar uma sala para a censura e os censores, mesmo a rede Globo tão leal ao sistema defrontava-se, às vezes, com vetos e proibições. O despropósito era tamanho que alguns temas e determinados nomes eram simplesmente proibidos. Entre eles o nome do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara.

Os crimes cometidos contra a humanidade, nos porões da ditadura, já eram do conhecimento da sociedade desde 1964, mas, especialmente a partir de 1966, repercutiram nas igrejas cristãs por causa das prisões de religiosos e militantes católicos leigos, ligados à ação social, notadamente a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Ação Popular (criada no início da década de 1960 como um partido político de esquerda e que, a partir de 1964, passou a atuar de forma não-legal) (BEOZZO, p. 26 e 27).

Afasta de mim esse cálice de vinho tinto de sangue

Contidos, os movimentos de contestação estudantil do final dos anos 1960, para os pequenos grupos organizados de oposição, restaram duas alternativas, passar a viver com a população ou projetar um enfrentamento armado com o governo militar. Enfrentamento por si só desigual, mas que acalentava a fantasia de reproduzir, na América do Sul, a vitória militar de Cuba e os avanços conquistados pelos camponeses vietnamitas contra a maior máquina de guerra do planeta. Mas, se em Saigon, a guerrilha conseguira chegar ao poder em 1973, a morte de Che Guevara na Bolívia, em 1967, demonstrara a dificuldade de criar um, dois, dez, mil Vietnãs. Morto o guerrilheiro, este transformou-se em símbolo dos movimentos estudantis de 1968. Ao esconder seus restos mortais, os militares não esperavam rever o rosto do guerrilheiro multiplicado em cartazes e camisetas espalhados pelas ruas ocupadas por uma juventude, que sonhava o impossível, das grandes cidades do mundo como se fosse possível transportar a 'cordilheira para o asfalto'.

Nos restritos espaços da sociedade civil de então, as Igrejas cristãs abriram suas portas para a recuperação da dignidade humana. Os bispos do Nordeste criticaram o desenvolvimentismo sem justiça social, os bispos do Centro-Oeste defenderam a reforma agrária (BEOZZO, p. 27) e Dom Paulo Evaristo Arns, na Arquidiocese de São Paulo, criou a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz de

São Paulo (CJP/SP)⁸, reunindo professores universitários, personalidades da sociedade brasileira, operários e estudantes, com o objetivo de defender e amparar os perseguidos políticos. “Eles salvaram inúmeras vidas. Na medida do possível, não apenas denunciavam as torturas, davam também uma assistência de todo o tipo e de toda a hora [...] A Igreja Católica foi uma das poucas instituições que ousou desafiar o regime” (STRINGUINI, p.24). Movida pela “opção preferencial pelos pobres” e pelos princípios de Medellín, Puebla e da Encíclica *Populorum Progressio* a CJP/SP possuía, como prioridade absoluta, dar voz ao oprimido, ao injustiçado, ao que era perseguido.

Os anos de Chumbo haviam destruído os espaços de participação, mas, no interior da sociedade, reatavam-se, lentamente, os laços de aproximação e solidariedade que fariam brotar, a partir da segunda metade da década de 1970, um movimento social renovado e disposto a reconquistar as liberdades perdidas e a refundar a democracia destruída.

Na primeira metade da década de 1970, a balança começava a inclinar, de forma lenta e gradual, para o declínio da ditadura. O crescimento econômico da década anterior servira para concentrar renda e a prometida política (fazer o bolo crescer para depois dividi-lo) de redistribuição de benefícios acabou esquecida. A reforma agrária permanecera enquadrada na legislação autoritária (o estatuto da terra), os benefícios que as classes médias receberam começavam a ser corroídos pelo ressurgimento da inflação, e os empresários viam escassear os financiamentos com juros baixos, ao mesmo tempo que os seguidos choques internacionais do petróleo aumentavam os preços dos combustíveis, dificultando as exportações e criando dificuldades na balança de pagamentos (CANO, p. 45).

Nessa conjuntura econômica, começaram a repercutir, entre o empresariado brasileiro, as teorias econômicas que atualizavam o pensamento liberal do século XVIII, defendendo o fim dos gastos públicos com benefícios sociais, portanto, o fim de Estado de bem-estar social, uma liberdade praticamente absoluta para o mercado, o que significava que o Estado deveria

abrir mão não só das suas atividades econômicas, como também de suas funções reguladoras.

No campo da política externa, a derrota americana no Vietnã deu um novo conteúdo para a questão dos direitos humanos que, gradativamente, saíam das mãos civilizadoras do Estado para serem assumidas, como bandeira de lutas, pelos novos movimentos sociais de todo o mundo. Militantes pacifistas, ambientalistas, dos movimentos negros, feministas, pelo direito à livre opção sexual, começavam a construir novas formas de manifestação.

No Brasil, respondendo às condições tipicamente nacionais, os novos movimentos revelavam as condições da nossa própria sociedade, lutando contra a carestia, em defesa da reforma agrária, pela moradia e também por direitos civis e políticos, entre os quais lutas pelo fim da censura e a extinção da Lei de Segurança Nacional.

Ao mesmo tempo, alguns jornais da grande imprensa e revistas semanais encontravam espaços para noticiar os crimes dos organismos de repressão. Na crise política em que se encontrava, o próprio governo precisava acertar contas internas e restabelecer a hierarquia militar ameaçada pela absoluta autonomia dos DOI-CODI. Em São Paulo, notadamente na região do ABC paulista, surgia um novo sindicalismo hábil nas negociações salariais, disposto a organizar e mobilizar os trabalhadores em defesa não só de seus interesses imediatos, mas também de liberdades civis, entre elas, o direito fundamental de associativismo e de manifestação livre de pensamento.

Nas regiões industrializadas do País, o MDB radicalizava seu discurso e fazia a maioria dos votos para as eleições parlamentares, levando o governo a projetar reformas políticas que deveriam manter unido o partido situacionista e a multifacetar o partido opositor. Mesmo nessa situação, que já desenhava os caminhos da abertura tutelada pelos militares, os organismos de segurança continuavam suas ações clandestinas como o demonstra o quadro a seguir.

⁸ A partir da criação da CJP/SP surgiram entidades de direitos humanos em grande número de cidades brasileiras. Entre elas o Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre, Comissões de Direitos Humanos ligados a Igrejas católicas e o Movimento Nacional de Direitos Humanos.

Quadro 2 – Mortos e desaparecidos

Ano	1964	1965	1966	196	1968	196	1970	1971	1972	1973	1974
Total de mortos	19	3	2	3	12	19	30	50	58	59	62
Desaparecidos	2	1	0	0	0	1	5	16	18	28*	52

* Fonte: Compilação de dados feitas da obra de Nilmário Miranda em *Dos Filhos Desse Solo. Mortos e Desaparecidos Durante a Ditadura Militar*. O número de desaparecidos de 1973 é impreciso. Os comandantes militares nunca reconheceram as datas das execuções praticadas no Araguaia. Assim, em vez de 28, podem ser 30 ou 32. Nesse caso, baixa o número de desaparecidos de 1974.

Abrindo o sinal fechado

A tese da abertura política passava a ser uma aspiração nacional, “[...] os partidos políticos, o MDB, as instituições da sociedade civil, como Igreja, CNBB, SBPC, OAB... Os estudantes tiveram papel importante” (VIANNA, p. 14). A sociedade se reorganizava intensamente. Além das propostas eminentemente políticas, como a luta pela Anistia, pelas eleições Diretas e pela Constituinte Soberana, ampliavam-se os espaços de participação de base com organizações, como, entre outros, os múltiplos movimentos em defesa dos direitos humanos, o Movimento Contra a Carestia, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, o Movimento dos Sem Teto e, notadamente, o novo sindicalismo que nascia no ABC paulista.

O regime militar, pressionado pelo movimento social e pela reorganização da sociedade política, perdia espaço de comando e a crise política era agravada em razão do esgotamento do “milagre econômico”. O segundo choque do petróleo, em 1982, fechava as torneiras das energias fósseis de baixo custo, o sistema financeiro aumentava os juros e continha os empréstimos internacionais. Ao sentir que seus benefícios econômicos diminuía, as elites afastaram-se do governo, começando a exigir a liberalização dos negócios e o afastamento do Estado da vida econômica. A população empobrecida reivindicava direitos sociais e econômicos; as elites, liberdade de mercado. Pressionado, o governo autoritário projetou uma abertura política segura e gradual, mas antes de tudo, lenta e sob tutela militar.

Além da pressão no interior das próprias forças armadas e da pressão originada dos movimentos sociais, o governo militar passava a ser internacionalmente criticado, especialmente pelos

tradicionais aliados norte-americanos que, após a derrota no Vietnã, buscavam, a partir da eleição de Carter, recuperar as bandeiras dos direitos humanos e da democracia. Mesmo que restrita, a defesa dos direitos civis e políticos, a pressão vinda da diplomacia americana (os governantes aliados que não aceitassem a nova política dos direitos humanos deveriam ser convidados a visitar os Estados Unidos e nele, os portos da armada americana) ampliava a crise política da ditadura, fortalecendo as oposições.

As reivindicações da sociedade civil seriam concedidas mas sob a proteção das mediações indispensáveis para a manutenção da ordem. Assim o País começou a viver uma nova conjuntura política na qual ressurgem a sociedade civil e a sociedade política que passam a exercer maior influência sobre o Estado. No interior do governo, as lutas internas ampliam, cada vez mais, a fragilidade política da ditadura. Os organismos de repressão, que o governo procurava controlar e recolocar sob o comando da hierarquia militar, passam a atuar como grupos terroristas, preparando e realizando atentados contra entidades civis como a OAB e manifestações culturais oposicionistas como o ato-show que comemorava o dia 1 de maio no Rio-Centro, no Rio de Janeiro. O governo investiga tais ações, mas não pune os culpados. Nessa conjuntura, os movimentos sociais assumiram uma postura de protagonismo ao propor uma nova pauta de interesses a serem mediados pela sociedade política e implementados, mesmo que de forma parcial, pelo Estado. O Brasil passava a viver uma nova conjuntura política, na qual o movimento social colocava o governo militar na defensiva e a sociedade política, por meio dos novos partidos e do parlamento, reocupava seu lugar no processo de redemocratização. Constituíam-se um

novo momento histórico que pode ser sistematizada da seguinte forma:

- a) À reivindicação de Anistia ampla, originada do movimento social, foi proposta pelo Estado uma lei que excluía da anistia os acusados de crimes de sangue e beneficiava também torturadores e agentes de repressão.
- b) As grandes manifestações da sociedade civil em defesa das eleições diretas foram mediadas pela sociedade política, resultando na eleição indireta, em 1985, de uma chapa encabeçada pelo oposicionista moderado Tancredo Neves, tendo como vice o presidente nacional do partido situacionista, José Sarney. O candidato da ARENA, o partido leal ao governo, Paulo Maluf, não contava com o apoio de partes consideráveis do poder militar.
- c) Ao movimento em defesa da Constituinte Soberana contrapôs-se uma Constituinte Congressual que veio a ser denominada de Constituinte Cidadã e que incorporou emendas populares referendadas por milhares de assinaturas recolhidas em todo o País (1986).
- d) A defesa do princípio da igualdade de direitos, notadamente, os sociais e econômicos, seguiu-se uma legislação que, gradativamente, retirou, e continua a extinguir, históricos direitos dos trabalhadores, ampliando a concentração de renda e benefícios e, em decorrência, ampliando a exclusão da maioria.
- e) Ao desejo nacional de pacificação, seguiu-se o crescimento da violência, agora não mais como monopólio do Estado, mas

como prática cotidiana que coloca a sociedade no estreito limite que separa a civilização da barbárie.

As heranças históricas da longa noite política brasileira estão marcadas na sociedade atual. O País ainda precisa recuperar seu passado e retragar os sonhos de justiça social e de paz. De qualquer forma, “A liberdade tem riscos. Ela entra na construção, lenta, verdadeira, genuína da cultura, porque só podemos aspirar a uma condição de liberdade que não seja na barbárie, se tivermos construído uma cultura, por isso há que construir uma cultura” (STRINGUINI, p. 23). Uma cultura de participação que só pode ser construída, enfrentando o medo, agora não mais o medo do autoritarismo, mas o medo da desigualdade e da inexistência de direitos sociais básicos ainda não conquistados, mesmo que já tenham passado duas décadas de democracia formal.

Esse tempo não foi suficiente para alcançarmos a democracia formal. “Não se resolveu nada, perderam-se 10 anos com um crescimento medíocre, com inflação alta, com falta de empregos, com piora na distribuição de renda e com o agravamento dos problemas sociais latino-americanos, principalmente problemas urbanos, como a pobreza, habitação, saneamento, educação, saúde” (CANO, p.46).

Essas são as grandes heranças da longa noite autoritária. Heranças agravadas por uma década de predomínio da economia regulada pelo mercado. Conquistados, ao longo de duas décadas de luta contra a ditadura, os direitos civis e políticos esperam que os direitos sociais e econômicos venham lhes fazer companhia para completar o processo de democracia. Esperam até quando?

MS Solon Eduardo Annes Viola

Devemos passar o Brasil a limpo

Entrevista com Luiz Werneck Vianna

Luiz Jorge Werneck Vianna é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e professor pesquisador no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Werneck Vianna é autor de, entre outros, **Corpo e Alma da Magistratura Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 1997; **A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997; **A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999. O professor também é presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), da qual o IHU é associado; sócio da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP); parecerista ad hoc da Capes, CNPq, Faperj e Fapesp; consultor permanente do Centro de Referência da História Republicana/Museu Nacional; e membro do Conselho de Redação de Dados da Revista de Ciências Sociais do IUPERJ.

IHU On-Line – Qual é a reflexão que deveríamos fazer ao lembrar os 40 anos do golpe militar?

Werneck Vianna – É um momento para passar a limpo o Brasil, de reflexão sobre as causas do golpe, o tipo de sociedade que foi criada ao longo do processo de modernização autoritária e procurar também, com base nessa apreensão da realidade vivida, uma perspectiva nova para se projetar.

IHU On-Line – Havia outras alternativas ao golpe militar de 1964?

Werneck Vianna – Os debates mais evidentes, aqui no eixo Rio-São Paulo, têm sido muito parciais, sem procurar pôr em evidência toda a com-

plexidade do momento que se viveu antes de 1964. Não se quis e não se quer fazer uma autocrítica verdadeira a respeito de como o campo democrático atuou no imediato pré-64. O golpe não era inevitável. Ele podia, perfeitamente, ter sido contornado, caso os setores favoráveis às reformas e à mudança entendessem que elas só poderiam concorrer, de fato, no terreno das instituições. Quando o caminho das reformas foi entendido como obstaculizado pelas instituições políticas da democracia, as circunstâncias do golpe para a deposição do governo legal começaram a amadurecer. Não é à toa que isso ocorre. Essa crítica provém de setores que, exatamente por não terem entendido o que ocorreu antes de 1964, recuperaram alguns erros da esquerda anterior e um caminho do enfrentamento armado fora das instituições políticas que não nos levou a lugar algum, nos levou ao aprofundamento do regime militar. Há uma ligação entre muitos dos que vêm se manifestando agora sobre as circunstâncias do imediato pré-64 com o que ocorreu nos anos 1960 e 1970, como, se o que tivesse acontecido antes, legitimasse o tipo de oposição militarista que exerceram durante o regime autoritário.

IHU On-Line – Qual o senhor consideraria o período mais duro durante o regime?

Werneck Vianna – O AI-5, que sucedeu a uma ação inteiramente desatinada de uma parte da esquerda. Isso pode explicar o percurso da ditadura militar.

IHU On-Line – Vendo o cenário político atual, como os anos de ditadura influenciaram na forma de fazer política no Brasil?

Werneck Vianna – O País vem se democratizando do ponto de vista político, sem dúvida nenhuma, mas isso não vem importando, conforme se vê, em grandes mudanças sociais. Essa é a grande tragédia da democracia brasileira. Ela tem sido incapaz, ao se afirmar, de dar conta de dois temas cruciais. O primeiro deles é o crescimento econômico, e o segundo é o da exclusão social. Havia uma grande esperança nesse governo atual de ele ser capaz de projetar o País nessas duas direções. Até agora, infelizmente, ele não tem sido bem sucedido nisso. O que não quer dizer, por outro lado, que se deva perder as esperanças de que ele pode encontrar, mais à frente, um caminho melhor.

IHU On-Line – Qual foi a influência da ditadura militar nas universidades?

Werneck Vianna – Do ponto de vista da cultura e do pensamento político, os 20 anos de ditadura militar acarretaram um prejuízo que vai ser necessário mais de uma geração para recuperar. Uma memória inteira foi perdida, uma memória de resistência, uma memória cultural, de construção do País. Os indivíduos se tornaram mais isolados uns dos outros por força das interdições que existiam sobre a vida associativa, partidária. Quando a democracia veio, o povo estava mais isolado do que em qualquer momento anterior. Desse ponto de vista e do ponto de vista do pensamento, foi um desastre. O mérito da política da ditadura militar foi criar agências de fomento à pesquisa. Olhando da perspectiva da universidade, porém, todas as políticas públicas de fomento da ciência foram desenvolvidas à margem da universidade, que se tornou um escolão, um lugar onde se dá aula.

IHU On-Line – A forma como estão estruturadas as universidades, atualmente no Brasil, teve influência do período militar?

Werneck Vianna – Tem havido mudanças significativas. É só ver quem são os reitores de hoje, comparando com quem eram há 10 anos. Há uma nova elite na reitoria brasileira. Esse tipo de jovens dirigentes da vida universitária tem feito muito para recuperar a universidade brasileira.

Tudo isso vai demandar muito tempo, porque a destruição foi muito profunda. Mas isso não é motivo para perder as esperanças.

IHU On-Line – Quais foram as principais resistências, especialmente as principais instituições, que resistiram durante os anos de governo militar?

Werneck Vianna – Houve, entre os partidos políticos, o MDB, as instituições da sociedade civil, como Igreja, CNBB, SBPC, OAB... Os estudantes tiveram um papel importante. A vida parlamentar foi outro instrumento importante. A partir de meados dos anos 1970, o movimento sindical foi determinante, especialmente o movimento sindical de São Paulo, que foi muito influente na luta contra o regime militar. Não é à toa que os últimos presidentes da República tenham vindo de lá.

IHU On-Line – Como o senhor vê a influência do golpe e do início do governo militar em 1964 e do que aconteceu depois nos outros países da América Latina?

Werneck Vianna – O Brasil abriu o caminho. O Uruguai e o Chile são países muito mais ordenados que o Brasil. Sempre tiveram uma divisão em classes mais nítida do que o Brasil. São países muito mais organizados que o nosso, com identidades partidárias que passam de geração em geração. A ditadura brasileira foi mais branda que a uruguaia e do que a chilena e a argentina. Uma das razões disso foi a natureza mais plástica dos políticos brasileiros, exatamente porque eles não são vinculados a identidades sociais muito fortes. Não se pode compreender a resistência à ditadura sem a ação do MDB. Uma grande frente entre elites liberais e elites esquerdistas e comunistas. O Partido Comunista Brasileiro teve uma função que, desde o começo do golpe, procurou articular uma frente política em nome das liberdades democráticas, enquanto no Chile, por exemplo, a esquerda tinha objetivos muito mais ambiciosos na luta contra a ditadura. Queria remover a ditadura e, ao mesmo tempo, conseguir um governo nacional popular avançado. Isso não foi bom para o

Chile, que até hoje não realizou completamente sua transição para a democracia. Ainda age com uma constituição outorgada, com o fantasma de Pinochet.

IHU On-Line – O Brasil conseguiu essa transição definitivamente?

Werneck Vianna – Sem dúvida. Nosso problema é que conseguimos a democracia política, mas até agora não sabemos o que fazer com ela para a resolução dos problemas vitais do País, que são crescimento e incorporação social.

Em 1964, havia muitos grupos golpistas

Entrevista com Marco Antônio Villa

Marco Antônio Villa é mestre em Sociologia e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com tese intitulada **Canudos, o povo da terra**. Professor na Universidade Federal de São Carlos (UFScar), ele é o autor da coleção **Sociedade e História do Brasil**, escrita para o Instituto Teotônio Vilela. Na obra, Villa discute os mitos da história brasileira ao destronar heróis como Tiradentes, ao questionar a idéia de que a República realmente significou progresso ao País e ao classificar o ex-presidente João Goulart como incapacitado. Villa é autor de numerosos livros, entre os quais destacamos: **Jango, um perfil (1945-1964)**. São Paulo: Globo, 2004; **Canudos, o campo em chamas**. São Paulo: Brasiliense, 1993; **Canudos, o povo da terra**. São Paulo: Ática, 1995; **Vida e morte no sertão. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Ática, 2000; **Caminhos da História: da Independência aos nossos dias**. São Paulo: Ática, 2003.

IHU On-Line – Qual é o significado de fazer memória do golpe de 1964?

Marco Antônio Villa – O principal significado é a importância da democracia, porque, na conjuntura de 1964, houve um desprezo de grande parte da elite política brasileira pelo valor e importância da democracia. Para muitos, a democracia era um empecilho para o exercício do governo. Hoje, quarenta anos depois, podemos fazer uma reflexão mais serena sobre os acontecimentos daquele momento histórico do Brasil. É possível ver que a grande derrotada, naquela conjuntura, foi a democracia e quão importante é termos um regime democrático, sabermos conviver com a diferença e com a pluralidade.

IHU On-Line – O senhor defende uma tese polêmica na qual sustém que, se o golpe não tivesse sido de direita, teria sido de esquerda, confirma ainda esta hipótese?

Marco Antônio Villa – É uma questão espinhosa, mas, naquela conjuntura de final de março de 1964, havia uma corrida pelo golpe. Existiam vários projetos golpistas. De um lado, o projeto golpista da direita que, por sinal, não era um, mas vários. A direita civil que se articulava, vários grupos militares, alguns mais próximos, a embaixada americana, outros que se organizavam até sem conhecimento maior por parte do governo americano. Do lado do centro-esquerda também. Por que eu digo centro-esquerda? Não é possível dizer que o Jango era de esquerda. É um exagero. Havia um golpismo por parte de Jango, um golpismo materializado na idéia continuísta, ou seja, ele jogava no impasse político, que era o único meio de ser candidato nas eleições de 1965, pois a Constituição Brasileira de então proibia a reeleição. Se houvesse um impasse político, ele ganharia com isso, porque ele poderia, graças a esse impasse, impor à força uma mudança da Constituição e ser candidato nas eleições de 1965. Portanto, ele jogava pelo golpe e buscava apoio militar. Para isso fez uma longa caminhada pelos quartéis, naquele momento histórico de março, aliado ao Partido Comunista. Por outro lado, havia, à esquerda do Partido Comunista do Jango, tendências que eram revolucionárias e jogavam também na derubada do regime democrático, por exemplo, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) enviou, no dia 29 de março de 1964, o primeiro grupo de guerrilheiros para treinar na academia militar de Pequim. Logo, saiu daqui ainda quando vigorava o regime democrático e regressou, quando o Bra-

sil já estava na ditadura. Por outro lado, existiam, desde 1962, as Ligas Camponesas, parte das quais já tinham se encaminhado para a luta armada, tanto que foram encontrados no Brasil, neste ano, no governo João Goulart, oito campos de treinamento guerrilheiro das Ligas Camponesas com apoio, inclusive, do governo cubano. Havia, também, entre os revolucionários, os brizolistas que se organizavam nos famosos grupos dos onze que lutavam por uma transformação revolucionária no País. A democracia tinha, pois, inimigos de todos os lados entre os revolucionários, os golpistas de centro-esquerda e os golpistas de direita.

IHU On-Line – Que elementos pesaram mais para a vitória da direita?

Marco Antônio Villa – O embate maior foi travado entre o Jango e os grupos de direita. Jango era presidente da República, tinha um dispositivo militar até para dar o golpe, organizado por um general gaúcho, Assis Brasil. Um dispositivo militar que, por sinal, ninguém viu nos dias 31 de março, 1º de abril e 2 de abril e, claro, os grupos direitistas que, há muito tempo, tinham uma enorme adversidade com as urnas. Havia sempre um problema entre a direita e as urnas: ela perdia constantemente as eleições. A UDN, principal partido de direita, perdeu as eleições em 1945 e 1950 e em 1955 e 1960. Ninguém pode dizer que a UDN venceu, porque Jânio Quadros foi um candidato muito mais dele próprio que da UDN. Havia uma direita que, há muito tempo, lutava contra aquela democracia de massas que estava se construindo no Brasil. Ela se posicionou contra a posse de Getúlio Vargas em 1951. Esta mesma direita não quis a posse de Juscelino Kubitschek em 1956; não quis a posse de João Goulart em agosto de 1961, portanto havia uma direita que, sistematicamente, jogava contra a democracia e que, diversas vezes, se manifestou no período de 1945 a 1964.

IHU On-Line – Essa direita está hoje em diversos partidos, até no partido de governo?

Marco Antônio Villa – Hoje, 40 anos depois, mudou radicalmente o País. Nós não temos mais as forças armadas golpistas, não temos mais uma

esquerda que joga contra a democracia e não temos uma direita golpista no sentido da direita que existia nos anos de 1945 a 1964. Graças a Deus, esta página da história do Brasil já foi virada e parece que para sempre. Agora temos, evidentemente, uma direita, porque, no regime democrático, deve-se conviver com as diferentes correntes políticas. A direita está, fundamentalmente, no Partido da Frente Liberal (PFL), que é a oposição ao atual governo, está no Partido Progressista que, é o do Paulo Maluf, que apóia o governo. A direita brasileira, hoje, não é a direita de 1945 – 1964, parte dela está na oposição, e outra parte, no governo.

IHU On-Line – Como a ditadura influenciou o modo de fazer política no Brasil especialmente nos governos posteriores, uma vez chegada a democracia?

Marco Antônio Villa – Os governos militares arrasaram o País. A ditadura acabou destruindo um período de grande progresso econômico, político, cultural que o País viveu nos anos 1945 – 1964. No campo cultural, foi o grande momento do Brasil, no cinema, na literatura, na arquitetura, nas artes plásticas. O País estava vivendo um grande momento. Havia um desenvolvimento político muito grande, em que estávamos construindo, nestes quase 20 anos, uma democracia de massa. Houve um grande deslocamento populacional do Nordeste para o Sudeste e um crescimento econômico quase que contínuo, especialmente no quinquênio juscelinista. A ditadura conseguiu, em alguns momentos, articular o crescimento econômico, mas tirou a liberdade política, ou seja, ela preservou o que havia anteriormente de impulso econômico, mas jogou na lata do lixo a liberdade. Depois, com a redemocratização, em 1985, nós jogamos na lata do lixo o crescimento econômico e ficamos só com a liberdade, quer dizer que o encontro entre liberdade e crescimento político, que existia nos anos 1945 e 1964, até hoje nós não conseguimos reencontrar.

IHU On-Line – Mas, o próprio processo de modernização do País, não foi gerador de miséria para as maiorias?

Marco Antônio Villa – Claro, infelizmente esse crescimento acabou sendo um violento processo de concentração de renda, isso é verdade, que foi derivado da falta de liberdade, porque, se houvesse crescimento com liberdade, os atores políticos poderiam negociar uma redistribuição da renda. Como não havia liberdade, não havia espaço de reivindicação. Conseqüentemente, o produto desse crescimento econômico acabou se concentrando entre os mais ricos. Agora vale lembrar que a classe média acabou sendo favorecida pelo crescimento econômico. Houve uma grande modificação das moradias de classe média com o Banco Nacional de Habitação (BNH). Não podemos negar também que o índice de desemprego era próximo a zero. Cito meu exemplo pessoal. Mudei para São Paulo, em 1972. Eu era um *office boy*, um mensageiro, como todo mundo na minha idade. Com 16 anos, fazia isso e progredi na época em termos de emprego: eu era promovido todos os anos. Havia procura de força de trabalho, o que nós não temos nos últimos 10 anos, especialmente de seis, sete anos para cá. Existia, efetivamente, uma concentração de renda, mas muita gente melhorou de vida, e não só a burguesia, a classe média acabou sendo favorecida com isso, basta ver a situação das empresas automotivas. Afinal quem comprava os carros populares era a classe média fundamentalmente, e os fogões, e as geladeiras... E não só a classe média, é bom lembrar. Vou tomar a figura do presidente da República, que migrou em 1952, chegou a Santos, em plena grande seca do Nordeste de 1951 e 1952. Foi morar em São Paulo e de São Paulo foi para São Bernardo. Ele é um filho do milagre econômico. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo é produto da grande expansão, primeiro Juscelinista, e depois da ditadura militar, quer dizer, aquela classe operária, que nasceu na época, é produto da expansão econômica da ditadura militar. E essa classe operária é a que vai iniciar o processo de destruição da ditadura com o chamado Novo Sindicalismo, que nasce em 1986 – 1987.

IHU On-Line – O que terminou com o regime? Quais foram os principais fatores que ajudaram na abertura ?

Marco Antônio Villa – O regime se esgotou, porque não era possível manter um regime fechado, uma ditadura, por tanto tempo como houve no Brasil. Existiu um esgotamento na sociedade e um esgotamento econômico também daquele modelo e inevitavelmente iria chegar o momento em que deveria haver uma transição. A grande questão era como seria feita esta transição, porque a ditadura militar, evidentemente, queria uma transição sob controle e foi isso que o general Ernesto Geisel começou a fazer, desde quando tomou posse em março de 1974, ou seja, o que ele chamou de transição “lenta, segura e gradual”, isto é, fazer uma transição para um regime civil, mas sob o controle dos militares. Só que a nossa transição, ao contrário da de Portugal, com a queda do salazarismo, ao contrário da Espanha, com a queda do franquismo, foi uma transição longuíssima. Podemos dizer que ela começou no governo Geisel e só terminou em 1985, com a eleição de Tancredo Neves. Portanto, nós tivemos um longo período, quase uma década, deste processo de transição. Isso acabou criando um sério problema para o período posterior, porque não foi feito um trabalho de limpeza do autoritarismo, ao contrário do que foi feito em Portugal rapidamente a partir de 25 de abril; ao contrário do que foi feito na Espanha de uma forma pactuada. No caso brasileiro, um processo muito lento. O que ocorreu foi que a redemocratização acabou trazendo, no seu interior, muito do antigo regime militar, não só nos políticos, pois muitos são herdeiros do regime militar, como também na própria forma de fazer política e num processo de estruturação do estado democrático.

IHU On-Line – Como influenciou o golpe brasileiro nos golpes militares nos restantes países da América Latina?

Marco Antônio Villa – É bom lembrar que houve golpes antes. Na década de 1960 mesmo, existem outros golpes que antecederam o do Brasil. Eu não considero inevitável a ditadura nos anos 1960. Isso é naturalismo. É bom lembrar que, em 1962, o Haya de la Torre deu um golpe no Peru e não tomou posse. Em 1962, houve eleições na Argentina e houve também uma intervenção mili-

tar que voltou em 1966, com o Tenente General Onganía. Portanto, o Brasil está no meio dessa situação. Não é que a ditadura fosse inevitável. É muito possível que houvesse uma saída democrática para as crises brasileiras. Bastava os atores políticos e a elite terem encontrado uma saída, e muitos não quiseram. Evidentemente, pela sua importância na América do Sul, um golpe militar no Brasil acabou tendo influência nos países vizinhos, mas cada país também tinha o seu movimento interno, as suas contradições internas. Na década 1960, a guerra fria estava muito intensa, e a América Latina estava sendo visada, especialmente a partir do momento em que Cuba se declarou um estado socialista. Ao mesmo tempo, há a presença norte-americana na América do Sul, há também a presença da esquerda. Evidentemente, os grupos subguerrilheiros na América do Sul se formaram com a participação cubana. Vamos lembrar o caso da Venezuela, do Douglas Bravo, vamos passar pelo Peru, pela Argentina, pela ação do Che Guevara na Bolívia, pelo apoio de Cuba aos grupos guerrilheiros no Brasil e, como eu disse anteriormente, inclusive antes de 1964, o apoio às Ligas Camponesas, que foi um escândalo, em 1962. Logo, esta questão da inevitabilidade da ditadura, que alguns autores defendem, me parece um equívoco.

IHU On-Line – Mas, o senhor opina que o País estava sendo mal governado?

Marco Antonio Villa – O que posso dizer é que o governo João Goulart foi um verdadeiro caos, que era incapaz, incoerente e quem está dizendo não sou eu, é Leonel Brizola. Na época, Brizola dizia que Jango adorava ter poder, mas não gostava de governar, e lembremos que Leonel Brizola, apesar de ser cunhado de João Goulart, rompeu com ele em março de 1964. Basta ver os gabinetes parlamentaristas, a confusão que o Jango fez e como, a todo o momento, ele insinuava que daria um golpe de estado. A tentativa que ele ia fazer em 1964 já tinha sido ensaiada duas vezes: em 1962, quando coagiu o Congresso Nacional ao antecipar o plebiscito com o apoio militar, inclusive e, em outubro de 1963, quando ele decretou o estado de sítio. Ele criou condições

e deu o golpe de estado que acabou não ocorrendo por uma série de trapalhadas. Mas houve uma tentativa de dar todos os poderes ao Presidente, mesmo contra resistências da direita e da esquerda. Brizola foi contra o estado de sítio, o PCB foi contra, a UNE foi contra, o governador Arraes foi contra, porque todo mundo percebeu que ele queria dar um golpe de estado, ele queria realizar intervenção no então estado da Guanabara, que não existe mais hoje, que é o Rio de Janeiro, e depor o governador Carlos Lacerda, que era um direitista muito conhecido; queria fazer uma intervenção em São Paulo e depor o governador Adhemar de Barros, que era um direitista também muito conhecido; queria realizar a intervenção em Pernambuco e depor o governador Miguel Arraes, tanto é que ele se posicionou criticamente contra João Goulart naquela conjuntura. Portanto, nós não tivemos uma unidade da esquerda em 1964. No comício do dia 13 de março, ficou bem claro isso. Uma coisa foi o projeto do Arraes, outra foi o projeto do Brizola, outra, ainda, o do Jango. Isso para falar só sobre os oradores que se pronunciaram naquele comício.

IHU On-Line – Que instituições mais claramente resistiram ao golpe?

Marco Antônio Villa – Na madrugada do dia 1º de abril, quando o senador Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, considerou vaga a Presidência, o que era um verdadeiro golpe, porque o presidente estava em território nacional, o País estava dividido. Basta ver que, no dia 2 de abril, ocorreu, no Rio de Janeiro, a chamada Marcha da Vitória, e houve milhares de pessoas na rua, e ninguém pode dizer que era a burguesia e a classe média. Não é verdade. Havia muita gente do povo lá. O País estava dividido, a inflação tinha subido, havia escassez de diversos gêneros alimentícios, a gasolina tinha subido... Foi um momento de muita tensão. O País estava dividido e parecia ingovernável. As instituições estavam divididas. Por exemplo, parte da Igreja Católica comungava com o golpe, outra não. O cardeal de São Paulo, Dom Carmelo Vasconcelos, foi contra o golpe, e vários religiosos se posicionaram contra o golpe naquele momento. Alguns partidos, como, por

exemplo, o PSD, acabaram apoiando o golpe, porque elegeram o ditador Castelo Branco, em abril, inclusive com votos de Juscelino e Ulisses Guimarães, como Presidente do Brasil. Castelo deveria só cumprir o mandato de João Goulart, que iria até janeiro de 1966. O quadro, então, era o seguinte: a UDN e os outros partidos da direita estavam a favor do golpe; o PTB estava meio dividido, parte dele, por incrível que pareça, porque havia uma ala fisiológica, apoiando o golpe. De outro lado, estavam, é claro, os estudantes que foram atingidos, a sede da UNE, incendiada no Rio de Janeiro, o presidente, que era o José Serra, foi para o exílio; os intelectuais perseguidos por causa de uma série de formas de censura. Mas a pior censura veio a partir de 13 de dezembro de 1968, quando começaram as perseguições intelectuais. Os intelectuais eram ameaçados. Por exemplo, Carlos Heitor Cony, porque escreveu um artigo

no *Correio da Manhã*, chamado a *Revolução dos Caranguejos*, foi ameaçado de morte, precisou se esconder. Em suma, toda uma perseguição em relação à intelectualidade, aos artistas... A peça *Roda Viva* estava sendo encenada, e os atores foram presos, seqüestrados. Em resumo, toda uma barbárie, entre 1964 e 1968 até chegar o AI5. Isso em relação às artes. Professores universitários, todos muito inteligentes, foram expulsos, exilados. O que todos, até o Jango, achávamos é que seria uma intervenção de curto prazo e acabou se revelando extremamente danosa na história do Brasil, de 21 anos, e com efeitos muito perversos para o futuro do País. Daí a responsabilidade que eu imputo aos atores políticos de 1964: não terem compreendido a gravidade daquela conjuntura, terem imaginado que era um golpe como outros que o Brasil já sofrera e que tudo se resolveria rapidamente. Infelizmente não foi assim...

O golpe do ponto de vista dos militares

Entrevista com Celso Castro

Celso Castro, doutor em Antropologia Social pela UFRJ, pesquisador no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, é especialista na questão militar brasileira. É responsável por um amplo projeto para resgatar a “memória militar”, de onde já saíram volumes como **Visões do golpe** (1994), **Os anos de chumbo** (1994) e **A volta aos quartéis** (1995). Celso Castro também é professor no Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio e editor da revista **Estudos Históricos** e dos informativos eletrônicos de Ciências Sociais, História e Arquivologia. Autor de livros, como **O Espírito Militar: um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar de Agulhas Negras**. Jorge Zahar, 1990; **Os Militares e a República: um Estudo sobre Cultura e Ação Política** Jorge Zahar, 1995; **A Proclamação da República**. Jorge Zahar, 1999; e organizador, com Maria Celina D’Araujo, de **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997, entre outros. O pesquisador conversou com **IHU On-Line**, antes da sua apresentação na Aula Inaugural do Programa de Pós-graduação em História da Unisinos, no dia 30 de março de 2004, ocasião em que abordou o tema **Visões do golpe: os militares e a memória de 1964**.

IHU On-Line – Quais os aspectos fundamentais que o senhor vai desenvolver em sua palestra?

Celso Castro – Hoje vou tratar principalmente sobre a memória militar, sobre o período e as dificuldades de se construir uma memória militar sobre esse período. Apesar de os próprios militares terem acabado com o golpe e permanecido du-

rante 21 anos no exercício do poder, a questão da construção da memória sempre foi complicada para eles. Não só para eles. Mesmo hoje, apesar de o golpe ter tido apoio de setores expressivos, esses não gostam nem de lembrar que apoiaram o golpe nem a ditadura. Então, pretendo explorar esses dilemas presentes na construção dessa representação que os militares fazem sobre sua experiência no poder.

IHU On-Line – Seria um olhar o golpe do ponto de vista dos militares?

Celso Castro – Sim, e, a partir disso, discutir outros impasses mais gerais para se pensar o período. A minha experiência desse tempo é com entrevistas a militares. Quando começamos a pesquisa, esperávamos ter a visão militar sobre esses 21 anos de exercício do poder, mas, como resultado, vimos que é complicado falar da memória militar. Têm-se algumas memórias militares conflitantes e concorrentes em boa medida. Embora haja alguns pontos de consenso, existem pontos de conflito e dissenso muito fortes também. Isso se dá porque eram de diferentes grupos, mesmo os que apoiaram o regime, mas que divergiam muito entre si, em relação à profundidade, ao ritmo, às pessoas que ocuparam posições, à orientação. Aparecem diferenças bastante significativas, brigas e disputas entre grupos militares.

IHU On-Line – Mas existe, em alguns militares, uma verdadeira consciência das consequências negativas que o regime trouxe para o País?

Celso Castro – Aí se divide. Boa parte acha que foi positivo, que só se exploram as coisas negativas, mas que foi necessário. Do ponto de vista bio-

gráfico, todos têm a percepção clara de que virou um estigma o fato de terem sido militares que apoiaram e participaram do regime militar. Em relação à imagem deles entre os civis, eles têm a percepção de que saiu muito abalada desse período. Às vezes, eles respondem ao revanchismo ou à mídia ainda dominada por pessoas que foram derrotadas politicamente em 1964, ou depois, e lembram sempre que tiveram apoio popular significativo em 1964. Isso é verdade, eles tiveram mesmo muitos setores apoiando o golpe, mas depois esse apoio foi sendo perdido em boa parte durante os 21 anos do exercício de poder. Eles mostram-se muito ressentidos com os civis, e, ao mesmo tempo que a lembrança esmorece, não gostam de recordar a atuação na repressão. Tortura é tabu, eles falam em “excesso”.

IHU On-Line – Os militares entrevistados tiveram ligação direta com a tortura?

Celso Castro – Não todos. Alguns tiveram atuação importante, criando órgãos de informação durante o regime militar, como o Centro de Informações do Exército, o Centro de Informações da Aeronáutica, nos quais tiveram posições importantes. Nem todos necessariamente participaram de tortura física. Esse é um assunto muito delicado de eles falarem por razões óbvias.

IHU On-Line – Em que elementos está baseada a memória que eles reconstróem hoje?

Celso Castro – Não sei dar uma resposta única. Eles têm a idéia de que venceram a guerra contra as organizações de esquerda revolucionárias, mas perderam a batalha pela memória do período. Essa percepção é muito clara para eles. Não há dúvida disso. Hoje, há 40 anos do golpe, não

se vê nenhum evento comemorando, festejando o golpe. Os próprios militares da ativa mal querem lembrar disso. O Clube Militar no Rio de Janeiro, formado pelo pessoal da reserva mais antigo, vai fazer uma sessão com umas 30 pessoas. Eles têm essa percepção de que, realmente, foram derrotados e o foram, de fato, na memória sobre o período.

IHU On-Line – Qual é a percepção da sociedade civil em relação ao governo militar? No ano passado, o Chile lembrou os 30 anos do golpe militar com uma divisão muito forte da sociedade civil. A visão brasileira é mais unânime?

Celso Castro – Acho que sim, de repúdio, de crítica. Uma imagem negativa da atuação política dos militares nesse período. No caso do Brasil, tivemos, mais em termos quantitativos, uma extensão da repressão menor quando comparada ao caso chileno e ao caso argentino. No Brasil, tivemos 300 desaparecidos. No Chile e na Argentina, foram ao largo de milhares e milhares. O Chile tem um terço de direita, um terço de esquerda e um terço de centro. No Chile, é bem mais fácil alguém falar a favor do Pinochet ou defender. Aqui no Brasil, não se vê ninguém defendendo. A Argentina está ligada às Malvinas, onde o regime entrou em colapso, e tudo ficou mais fácil em termos de punição, de verdade, de justiça. No Brasil, existe uma transição longa, que durou dez anos, e as coisas vão se ajeitando aos poucos. Ao contrário da do Chile, a ditadura não foi tão personalizada. Nunca tivemos uma figura como o Pinochet. Existiram generais que se revezaram numa dinâmica diferente.

A “segurança da cela” e o risco da liberdade

Entrevista com Vera Stringuini

*Vera Stringuini é médica, especialista em psiquiatria pela UFRGS. Atualmente, além de trabalhar em consultório, é coordenadora da Saúde Mental, na Secretaria da Saúde do Estado. O artista Leandro Selister criou um memorial histórico sob o título Consciência, com fotos do período do regime militar. No pôster do evento Humanitas Arte, foi utilizada uma foto da Vera no momento em que estava sendo fichada pelo governo militar para uma prisão que duraria quatro anos. **IHU On-Line** conversou com Vera Stringuini sobre esses anos de prisão e as lições que ela pode dar 40 anos depois do golpe militar.*

IHU On-Line – O que diria às novas gerações 40 anos depois do Golpe Militar?

Vera Stringuini – Muitas vezes, eu ouço de pessoas, inclusive de jovens: “Era melhor em tempo de ditadura, não tinha tanto assalto, tanta insegurança, não havia riscos”. Essa diferenciação entre estar seguro e ser livre, esse conflito entre liberdade e segurança é uma coisa que me parece importantíssima discutir com as pessoas na contemporaneidade. Eu nunca estive tão segura em toda minha vida quanto no tempo em que estive na cela, ninguém ia me assaltar lá, esse é o preço da ditadura. A liberdade tem riscos. Ela entra na construção, lenta, verdadeira, genuína da cultura, porque só podemos aspirar a uma condição de liberdade que não seja na barbárie, se tivermos construído uma cultura, por isso há que construir a cultura. Hoje muitas pessoas pensam que a repressão é a solução para as drogas, que a polícia resolve tudo, que deve haver tortura. Por isso vale a pena falar do passado, na realidade estamos falando do presente. A prisão dá segurança, e a liberdade tem seus riscos.

IHU On-Line – Qual era a situação vivida naquele dia de junho de 1970, em que foi tirada a foto de fichamento da prisão, que foi divulgada no pôster do evento Humanitas Arte?

Vera Stringuini – Eu tinha 23 anos, e aquela foto foi tirada em Recife, imediatamente depois de minha prisão. Eu fui presa lá. Eu sou gaúcha, era estudante de medicina, e como estava integrando o movimento estudantil, movimento que começou, a partir de 1968, a ser alvo de muita repressão, era procurada pela polícia. Muitas pessoas do movimento estudantil faziam parte de partidos organizados. No caso, eu participava de um movimento de implantação bolchevique trotskista da IV Internacional. Nós estávamos bem organizados nacional e internacionalmente. Havia um grupo aqui, no Rio Grande do Sul, outro grupo em São Paulo e estávamos tentando nos organizar no Nordeste: tínhamos um grupo em Recife e um em Fortaleza. Eu tinha viajado para a Bolívia, na tentativa de fazer contato com remanescentes de grupos trotskistas. Voltei ao Nordeste em 1970, passei um mês em Fortaleza, depois fui a Recife, sendo presa no dia seguinte depois da minha chegada. Já havia um trabalho policial de observação dos militantes de Recife. Isso foi em abril, mas a foto de minha prisão oficial data de 11 de junho de 1970. De abril a junho, praticamente eu não existia oficialmente. Essa forma de agir fazia parte do interrogatório. O interrogatório era feito à revelia dos marcos oficiais, porque podia acontecer a morte da pessoa durante esse percurso. Depois de passado o interrogatório, a pessoa era apresentada oficialmente e eram feitas essas fotos, entrando, assim, no sistema de informações como presa. De março a junho, eu era levada a casas alugadas

pelo Dops, depois de feita a ficha e apresentada na delegacia militar. A partir daí, os maus tratos eram reduzidos e melhorava a situação do preso.

IHU On-Line – O tempo anterior ao fichamento era por excelência o tempo da tortura?

Vera Stringuini – Os militares tentavam obter as confissões de todas as maneiras. O nosso grupo, na verdade, não foi muito torturado. Em primeiro lugar, porque caiu inteiro e quiçá porque não tínhamos envolvimento com as forças armadas. As nossas opções eram mais políticas de participação em assembléias movimentos de base, sindicatos, movimentos acadêmicos, etc. O que acontecia era a crueldade gratuita que se distribuía por sermos simples opositores do governo, o que criava uma raiva, mas diferente da raiva dos grandes torturados que eu presenciei. Pessoas escandalosamente machucadas.

IHU On-Line – O que acontecia depois do fichamento?

Vera Stringuini – Depois do fichamento, começou o processo, fui para o julgamento e depois para a Colônia Penal das Irmãs do Bom Pastor, em Recife. Lá o regime era muito diferente. Tanto as freiras de lá quanto Dom Helder Câmara seguiam outras normas. Havia também ONGs de padres americanos que cuidavam de presos políticos. Ali não éramos atingidos pela polícia. Todos nos deram muito apoio. A Igreja Católica teve figuras singulares, como Dom Helder Câmara, Dom Evaristo Arns, e outros que tiveram uma extraordinária função. Eles salvaram inúmeras vidas de pessoas. Na medida do possível, não apenas denunciavam a tortura, davam também uma assistência de todo tipo e de toda hora, inclusive financeira, farmacológica, familiar, promoviam a comunicação com a família, forneciam livros, quebra-cabeças, brinquedos. A Igreja Católica foi uma das poucas instituições que ousou desafiar o regime. Tanto que lá em Recife mataram padres

que trabalhavam com Dom Helder⁹, claro, não podiam matar Dom Helder, porque seria um escândalo internacional.

IHU On-Line – Quais foram os cargos imputados no julgamento?

Vera Stringuini – Condenada a quatro anos por participação em partidos clandestinos, ações subversivas e tentativas de derrubar o regime. Tudo isso era crime durante a ditadura.

IHU On-Line – O que aconteceu depois de sair de Recife?

Vera Stringuini – Fiquei dois anos em Recife com todos esses cuidados. Depois vim para Porto Alegre e aqui as condições do presídio eram completamente diferentes. Também estava sob o cuidado de freiras, mas elas não tomavam conhecimento. As orientações de Dom Helder eram bem diferentes das de Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre. Estive um ano em uma cela solitária. As condições eram degradantes, desumanas, eram celas de castigo. Celas permanentemente fechadas, a luz sempre acesa (nós tínhamos que escolher se era sempre desligada ou sempre acesa, preferimos a segunda para poder ler, mas era um sofrimento). Não tínhamos água nem onde fazer as necessidades fora àqueles horários estipulados. Éramos quatro, cada uma fechada numa cela por um ano. Abriam meia hora por dia e nós corríamos para pegar sol, tomar banho, lavar as coisas. Tínhamos direito a visita só de pai e mãe. Eu tinha um filho que uma vez por mês deixavam entrar. Depois, com muito esforço, conseguimos que a luz fosse desligada de noite, não estávamos mais tolerando. Eu não sei se essas celas ainda existem, vale a pena conferir. Eram no Madre Peletier, embaixo do pátio, em Porto Alegre.

IHU On-Line – Quais eram os mecanismos de sobrevivência usados em condições tão desumanas?

⁹ Um dos padres que foi assassinado pela repressão foi Antônio Henrique Pereira Neto, aos 29 anos. Ele era assistente do grupo de Recife da Juventude Estudantil Católica (JEC). O prof. Dr. Hilário Dick, pesquisador do IHU, escreveu, com Marinalva Angélica da Silva, um livro sobre a vida dele, sob o título **O mártir da juventude – Padre Antônio Henrique Pereira Neto**. (São Paulo: Paulinas, 1985).

Vera Stringuini – Gritávamos nas celas para falar com as outras e líamos. Hoje em dia, as pessoas se admiram com minha cultura literária, e eu sei o que ela custou. Li obras clássicas de todo o tipo, vida de santos que as freiras tinham, outros livros que nos forneciam os centros acadêmicos com os quais entrávamos em contato por meio de nossa família. Sempre tem suporte social, é interessante como a gente não fica completamente abandonada nunca. Algo que me preocupa muito é que hoje continua havendo presos. Eles têm as mesmas necessidades de apoio que nós tínhamos e são principalmente pessoas pobres. A ditadura terminou, mas há presos que vivem nas mesmas situações em que nós vivíamos.

IHU On-Line – Como foi a liberdade?

Vera Stringuini – O impacto da liberdade, conversando com outros amigos que passaram mais anos que eu presos, mas que tiveram a mesma experiência, é muito grande. Ao sair, sempre se ti-

nha medo de ser capturado por grupos paramilitares de extermínio. Quando saíamos, chamávamos a família e bastante gente para sair com um grande grupo e não ser morto. Depois vem esse impacto da liberdade. Três anos de ausência: a cidade é diferente, as roupas mudaram, as gírias mudaram. Era a sensação de que ia enlouquecer com o barulho. Fiquei muito tempo com muito medo de grandes encontros, tomei gosto por estar sozinha. É que na cela me acostumei, tinha dois caminhos, ou me adaptava, ou enlouquecia.

O último ano da pena foi em liberdade condicional, porque existia a possibilidade de as comissões de carreiras das faculdades impedirem ou autorizarem a volta de um preso a seu curso, se estivesse em liberdade condicional. A comissão de carreira da Faculdade de Medicina aceitou minha volta apesar de a ditadura ter aquele poder imenso sobre a sociedade, e continuei os estudos de Medicina. Existiam pequenos movimentos, empatias, acolhidas... Havia frestas através das quais a sociedade respirava...

“O golpe dividiu a Igreja e a sociedade”

Entrevista com José Oscar Beozzo

*José Oscar Beozzo é padre, teólogo e historiador, um dos maiores historiadores da Igreja na América Latina. É coordenador-geral do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep). Faz parte do Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA-Brasil). É filiado à Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina e no Caribe (CEHILA). É autor de diversos livros, dentre os quais **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis: Vozes, 1993.*

IHU On-Line – Qual foi a reação da Igreja no golpe militar de 1º de abril de 1964?

José Oscar Beozzo – A sociedade brasileira estava profundamente dividida naquele momento, e a Igreja também. Alguns setores importantes da Igreja apoiavam as reformas do governo Goulart, mas havia outros que não o faziam. Oficialmente, a CNBB apoiava a reforma agrária, a reforma administrativa, a reforma educacional, um leque de reformas. Em 1962, houve uma declaração importante da CNBB nesse sentido, outra em 1963, quando havia muita controvérsia no País. A maior delas era em relação ao pagamento das terras desapropriadas: se o Estado podia ou não pagar em títulos, porque a direita pressionava para que o governo pagasse em dinheiro. Não havia problema que o Estado pagasse em títulos, mas a direita

nunca aceitou¹⁰. Nos dias que precederam o golpe, aconteceu uma reunião em São Paulo entre D. Carlos Carmelo Motta, cardeal de São Paulo, Dom Helder Câmara, respectivamente presidente e secretário da CNBB, e o Presidente Jango, porque a situação estava indo para o abismo. Inclusive foi o Presidente que pediu a reunião. Eles impuseram uma condição: não haver fotos. Terminada a reunião, o Presidente pediu permissão para tirar uma foto para o seu arquivo pessoal. No dia seguinte, a foto do Presidente, com o cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, e com Dom Helder, saiu estampada na primeira página dos jornais. Ela foi usada politicamente. Do outro lado, havia a campanha do padre Peyton, norte-americano do terço em família e das Marchas com Deus pela família¹¹, contra o comunismo, que mobilizou 500 mil pessoas em São Paulo e outro tanto no Rio de Janeiro, em março de 1964. Bispos da extrema direita, como Dom Geraldo Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, MG, diziam que o Estado não tinha direito de fazer a reforma agrária, de dividir a terra e assim por diante e que os fazendeiros tinham direito de defender sua propriedade de armas na mão, contra desapropriações pelo Estado. Havia um panorama complexo com a Ação Católica, sobretudo a Juventude Universitária Católica (JUC), tomando uma posição bastante à esquerda e, de maneira ainda mais radical, a Ação Popular (AP), que tinha

¹⁰ A idéia que padre Beozzo pretende passar é de que a Igreja aceitava que o pagamento das terras para desapropriação fosse feito mediante o pagamento de títulos. Era a proposta do governo Goulart. A direita queria que o pagamento fosse feito em dinheiro. Isso inviabilizava a reforma agrária. Em 1965, por ironia da história, o Estatuto da Terra, promulgado pela ditadura militar, admitiu o pagamento em títulos, e não em dinheiro. (Nota do **IHU On-Line**).

¹¹ Trata-se da campanha da reza do terço em família, cujo lema era “família que reza unida permanece unida”, que mobilizou as marchas contra o comunismo. (Nota do **IHU On-Line**)

saído da JUC, e se instituído como partido político cristão de esquerda. Havia assim, um leque importante de bispos, apoiando as reformas e já um núcleo bem à direita que pregava, inclusive, uma resistência armada a qualquer reforma, sobretudo à reforma agrária. Quando aconteceu o golpe, a Igreja ficou um pouco paralisada. Como estava dividida internamente, não se pronunciou, nem no dia 31 de março, nem no dia seguinte, nem na semana seguinte. Só quatro semanas depois, houve uma reunião do Conselho Permanente da CNBB, que era formado pelos arcebispos, pelos cardeais e pela direção da CNBB, somando umas 28 pessoas. Eles discutiram, durante três dias, sobre os dois rascunhos de declarações e não chegaram a um acordo. Um rascunho havia sido redigido por Dom Sigaud, que era o arcebispo de Diamantina, dizendo que agradecia a Deus pela intervenção dos militares, que haviam salvo o País do comunismo. O outro foi redigido por Dom Helder Câmara e denunciava as prisões arbitrárias, a tortura e que estavam perseguindo os militantes da Igreja, prendendo-os injustificadamente. Como não houve um acordo, foram justapostas as duas propostas, uma abrindo o texto, e a outra fazendo o seu fecho. Esta foi a declaração da CNBB que saiu na imprensa. A primeira parte corresponde ao texto do Dom Sigaud, em que agradece aos militares pela intervenção; a segunda parte ao texto de Dom Helder, que reafirma o compromisso da Igreja com as reformas de base, com a opção pelos pobres e que denuncia as arbitrariedades. Os 28 assinaram embaixo, uns por causa da primeira parte, e outros por causa da segunda. O golpe dividiu a Igreja tão profundamente que não houve mais um pronunciamento político da CNBB até 1977, porque a divisão interna permaneceu. A direita da Igreja foi perdendo terreno por causa do Ato Institucional n.º 5 de 1968 e da posterior repressão que atingiu setores importantes da Igreja, não poupando nem mesmo bispos, arcebispos e a própria CNBB. Em julho de 1968, a assembléia da CNBB devia fazer um pronunciamento sobre a situação nacional e não o fez. Demorou os 10 anos seguintes para conseguir realizá-lo. Somente em 1977, chegou-se a um consenso que foi traduzido no documento *As exigências*

cristãs para uma ordem política. A CNBB levou, assim, depois da declaração de abril de 1964, 13 anos para poder redigir um documento que expressasse um novo consenso geral sobre o estado de direito, afirmando que não poderia haver ditadura, que os direitos da pessoa humana são originários, precedem o próprio Estado e dele não dependem, a não ser para sua regulamentação. O Estado não tem direito de violar os direitos da pessoa ou suprimi-los, sob qualquer pretexto, pois são direitos invioláveis anteriores ao Estado. A ordem democrática é apresentada como uma exigência cristã, mas foram precisos 13 laboriosos anos para se costurar este novo consenso. As posições tomadas pela CNBB durante a ditadura militar foram muito firmes, mas sempre em âmbito regional, demonstrando a dificuldade em se chegar a um consenso geral. Os bispos do Nordeste, muito cedo, em 1967, fizeram um documento de denúncia, chamado *Desenvolvimento sem justiça*, preparado com base no levantamento realizado pelos núcleos da Juventude Operária Católica (JOC) do Nordeste. Depois veio o documento *Ouvi os clamores do meu povo*, de Dom Helder e um grupo de bispos e superiores religiosos provinciais do Nordeste. Os bispos do Centro-oeste redigiram um documento sobre o modelo econômico e sobre a questão da terra. Os bispos do estado de São Paulo elaboraram o famoso documento de Brodósqui, *Testemunho de Paz*, denunciando as torturas e exigindo a paz. Mas são sempre declarações regionais. O primeiro grande consenso sobre uma declaração doutrinal, na esfera da política, assumido por toda a CNBB é de 1977 e foi intitulado *As exigências cristãs de uma ordem política*¹².

IHU On-Line – Em toda essa situação, como se moviam as diferentes congregações religiosas? Também havia uma divisão?

José Oscar Beozzo – A divisão dos grupos da Igreja foi interna. Havia religiosos que apoiavam o governo, inclusive denunciando colegas da mesma congregação. Em 1968, um grupo de bispos, em carta aberta ao Marechal Costa e Silva pediu que o governo interviesse na Igreja, porque havia bispos comunistas, e nem a CNBB, nem o Vaticano tomavam providências. Eram bispos pedindo aos

militares para reprimirem os próprios bispos. Dom Geraldo Sigaud e alguns bispos denunciaram outros bispos da CNBB como comunistas. Isso já era o desespero. A extrema direita se isolou, mas não se conseguia unir o restante da CNBB, dividida entre moderados e progressistas. Dom Helder lançou as Minorias Abraâmicas, um movimento mais radical, que também não levava os bispos a um consenso. Eu estava presente na Assembléia da CNBB de 1968, acompanhando o bispo de Lins, Dom Pedro Paulo Koop. Numa noite, falou, a convite do presidente da CNBB, Dom Agnelo Rossi, o ministro do Planejamento de Costa e Silva, Hélio Beltrão. Falou apenas para os bispos que quisessem, porque não houve consenso para que falasse para toda a CNBB. Nesse mesmo instante, Dom Helder estava reunido, no mesmo prédio, com o deputado Márcio Moreira Alves¹³ e com jovens que haviam estado presos, lançando o movimento das Minorias Abraâmicas. Tínhamos então, Hélio Beltrão, tentando justificar o programa de governo do Marechal Costa e Silva, dizendo que ele estava pondo em prática a *Populorum Progressio*¹⁴ e, no mesmo prédio, Dom Helder e outros bispos, junto com estudantes e lideranças políticas e religiosas leigas, fazendo a crítica radical ao modelo de desenvolvimento adotado pelo governo. Nessa mesma Assembléia, Dom Cândido Padim¹⁵ apresentou um documento, chamando o projeto da nova Lei de Segurança Nacional do Governo Costa e Silva de “nazi-fascista”, porque tinha princípios totalitários. Esse documento, apresentado aos bispos por Dom Padim vazou para a imprensa e criou uma grande confusão política.

IHU On-Line – O senhor tem falado, algumas vezes, sobre o padre Pedro Calderon Beltrão, que nos é muito próximo, aqui em São Leopoldo. Qual foi o papel dele durante esses anos?

José Oscar Beozzo – O padre Beltrão era um sociólogo jesuíta brasileiro, especialista em demografia e que dava aulas de Sociologia na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma. Lecionava também em São Leopoldo, na Unisinos¹⁶. Em julho de 1961, houve o XI Conselho Nacional da Juventude Universitária Católica (JUC), em Natal, no Rio Grande do Norte, e lá ele denunciou, num relatório, outro padre jesuíta, Henrique C. de Lima Vaz¹⁷, que era um dos assessores da JUC, um grande filósofo, dizendo que ele era hegeliano, que era marxista e que a JUC tinha se tornado marxista. Ele denunciou isso em Natal, onde, na época, Dom Eugênio Sales¹⁸ era o administrador diocesano, por causa da cegueira que acometera o bispo Dom Marcolino. Começou, então, o calvário da JUC, porque esse documento do padre Beltrão, denunciando o fundamento filosófico, que era dado por outro jesuíta, serviu de base para muitas suspeitas e condenações de autoridades eclesiais em relação à JUC, causando muitas divisões e sofrimentos.

IHU On-Line – Qual foi o papel dos Círculos Operários?

José Oscar Beozzo – Os Círculos Operários são anteriores a 1964. Começaram no fim da década de 1920, no Rio Grande do Sul e tiveram um peso muito grande, porque, com a ditadura do Estado Novo, em 1937, Vargas fechou os sindicatos e re-

¹³ Márcio Moreira Alves era deputado federal. Ele se notabilizou pelo pronunciamento que fez na Câmara Federal, durante a semana da pátria, em 1968, contra o regime militar. Os militares pediram a sua cassação como deputado federal. A Câmara negou o pedido. Isso deu a oportunidade para que os militares decretassem o Ato Institucional n.º 5, no dia 13 de dezembro de 1968, dissolvendo o Congresso e suspendendo as garantias individuais, o *habeas corpus* e outras medidas jurídicas contra o arbítrio do poder. Márcio Moreira Alves, hoje, é jornalista e escreve no jornal **O Globo**. (Nota do **IHU On-Line**)

¹⁴ **Populorum Progressio** é a encíclica do papa Paulo VI, intitulada *O Desenvolvimento dos Povos*, lançada na páscoa de 1967. Ela teve uma grande repercussão no mundo, especialmente, na América Latina. (Nota do **IHU On-Line**)

¹⁵ D. Cândido Padim, bispo de Bauru, SP, beneditino, profundo conhecedor do Direito Constitucional, foi um dos bispos que sempre contestou o regime militar. (Nota do **IHU On-Line**).

¹⁶ Padre Beltrão foi o fundador do antigo Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOPE) da Unisinos. (Nota do **IHU On-Line**).

¹⁷ Sobre o padre jesuíta e filósofo Henrique C. de Lima Vaz confira o **IHU On-Line** edições n.º 19, de 27 de maio de 2002, e n.º 59, de 12 de maio de 2003.

¹⁸ D. Eugênio Sales é, hoje, cardeal arcebispo emérito do Rio de Janeiro. (Nota do **IHU On-Line**).

passou muito dinheiro para os Círculos Operários. Estes pregavam estreita colaboração entre operários e patrões, numa visão corporativa de cooperação entre as classes e não de luta de classes. Logo, eles alcançaram o seu auge durante o Estado Novo, pois com o dinheiro do Estado, puderam construir uma ampla rede de círculos e aumentar os serviços que prestavam aos trabalhadores. A visão ideológica dos Círculos Operários e também do Governo Vargas, na esfera trabalhista, encontrava seu fundamento na *Carta del Lavoro* do regime fascista de Mussolini na Itália¹⁹. Mas, já com a redemocratização, em 1945, os Círculos Operários perderam sua relevância, pelo retorno dos sindicatos e pelo deslocamento operado pela Igreja na sua pastoral em relação com a classe operária. O trabalho da Igreja com a classe operária passou a ser realizado, prioritariamente, por intermédio da Juventude Operária Católica (JOC), da Ação Católica Operária (ACO) e, posteriormente, da Pastoral Operária (PO).

IHU On-Line – Há um olhar mais crítico e unânime sobre os anos de repressão 40 anos depois, na Igreja?

José Oscar Beozzo – Esse olhar, como disse antes, foi alcançado em 1977, com um corajoso documento votado por toda a Assembléia e que apoiava o esforço da sociedade civil pela redemocratização do País, condenando, sem nenhum meio termo, toda e qualquer violação dos direitos das pessoas e um formato de Estado apoiado em instrumentos de exceção e não no estado de direito. Esta tomada de posição sobre estes princípios democráticos e de respeito aos direitos das pessoas que deveriam reger a ordem política, que se tornou consensual para a Igreja, aconteceu em 1977, e não agora, 40 anos depois. Houve só uma meia dúzia de bispos, dos quase 300, que formavam a assembléia que não assinou o documento.

Ter alcançado esse consenso deu muita força e autoridade à Igreja seja perante a sociedade civil, seja perante o Estado.

IHU On-Line – Com esse documento, a sociedade sentiu mais forte a posição da Igreja?

José Oscar Beozzo – A partir daí, a Igreja entrou na Campanha pela Anistia dos presos políticos e pelo retorno dos exilados, na campanha pela redemocratização, pela liberdade de criação de partidos políticos e por eleições livres e diretas para todos os cargos executivos e legislativos, sem prefeitos, governadores, presidentes e senadores nomeados pelo poder. Foi uma linha clara da CNBB.

IHU On-Line – Assinalaria a figura de Dom Helder como uma das peças centrais na luta contra a ditadura?

José Oscar Beozzo – Dom Helder saiu do núcleo central de poder da CNBB, em outubro de 1964. Na ocasião, tomou posse uma nova presidência que era contra as suas idéias e opções. Assim, se tornou difícil qualquer declaração, porque a cúpula da CNBB passou a apoiar o regime militar. O cardeal Agnelo Rossi²⁰ era muito conivente com o regime e não acreditava que houvesse tortura. Dizia que isso era campanha orquestrada do exterior contra o governo brasileiro; um eventual desvio de subalternos, mas não uma política de governo. Ele fora eleito presidente da CNBB em substituição ao Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta. Dom José Gonçalves, que era mais um organizador e administrador, substituiu Dom Helder. A nova cúpula varreu toda a antiga CNBB e apoiou o regime. Houve mudança só quando Dom Aloisio Lorscheider²¹ assumiu a secretaria-geral da CNBB (1968-72), depois a Presidência (1972-74, 1974-78), e seu primo, Dom Ivo

¹⁹ Sobre os círculos operários, confira a resenha do livro de Jessie Jane, *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*, publicada na 44.^a edição de *IHU On-Line*, de 25 de novembro de 2002. (Nota do *IHU On-Line*)

²⁰ D. Agnelo Rossi, cardeal-arcebispo de S. Paulo, substituiu D. Carlos Carmelo Motta. Este último se opusera ao golpe militar e foi transferido para o arcebispado de Aparecida do Norte. (Nota do *IHU On-Line*).

²¹ D. Aloisio Lorscheider, franciscano, então era bispo de Santo Ângelo, RS. Depois foi arcebispo de Fortaleza, nomeado cardeal, e depois foi arcebispo de Aparecida do Norte, SP. Hoje, aposentado, vive num convento em Porto Alegre, RS. Ele foi uma figura proeminente no episcopado brasileiro. (Nota do *IHU On-Line*).

Lorscheiter²², chegou à Secretaria-Geral (1972-1978) e, em seguida, à Presidência (1979-82; 1983-86).

IHU On-Line – Como a Igreja de Roma acompanhou todo esse tempo?

José Oscar Beozzo – Estávamos saindo do Concílio Vaticano II, que foi uma reviravolta eclesial, com a Igreja passando a ser vista como “povo de Deus” na *Lumen Gentium*. Com a *Gadium et Spes*, o documento social do Concílio, que fala da presença ativa da Igreja no mundo de hoje, abriram-se novas perspectivas para a aceitação do mundo moderno, da ciência, da técnica²³. Logo depois, veio a encíclica *Populorum Progressio*, que aborda a questão do desenvolvimento dos povos, da cisão crescente entre o norte e o sul, deixando de se fixar na oposição entre comunismo-liberalismo, entre ocidente e oriente. A divisão entre o Norte rico e o Sul empobrecido passou a ser vista como a contradição principal do mundo contemporâneo. A realidade de países pobres, cada vez mais pobres, e de países ricos, cada vez mais ricos, passou a ser o desafio central, e não mais a oposição ideológica entre comunismo e capitalismo. Nesse sentido, há um respaldo da Encíclica à posição militante da igreja latino-americana, reafirmada na II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín, na Colômbia, em 1968²⁴. Paulo VI sempre defendeu os bispos do Brasil que o regime queria tirar. O regime queria

afastar Dom Pedro Casaldáliga²⁵, e Paulo VI o manteve firme, à frente da Prelazia de São Félix do Araguaia. O regime militar sentiu-se muito desconfortável, quando Roma tirou o cardeal Rossi de São Paulo, transferindo-o para Roma, por causa da questão das torturas dos dominicanos²⁶. O Cardeal negara publicamente a prática de torturas, mesmo diante do desespero de Frei Tito Alencar O.P., que cortara os pulsos por não suportá-las e para denunciar a situação existente nos presídios políticos da ditadura. O papa Paulo VI estava a par do que estava acontecendo, porque o superior geral dos dominicanos e o Cardeal Alfrink²⁷, que era membro da Pontifícia Comissão Justiça e Paz, do Vaticano, vieram visitar o Brasil, estiveram na prisão, puderam conversar com os dominicanos e constatar pessoalmente os maus tratos e torturas. Ambos denunciaram publicamente para o mundo inteiro o que viram, enquanto o cardeal de São Paulo, Dom Agnelo desmentia as torturas. O cardeal Rossi foi transferido para Roma, ficando no seu lugar Dom Paulo Evaristo Arns, que cuidava justamente dos presos políticos, do ponto de vista pastoral, visitando os presídios, até ser proibido pelos militares de fazê-lo²⁸. Nesse período mais duro, Roma respaldou o episcopado e a Igreja do Brasil. A partir de 1977, 1978, começou a mudar. A repressão que vinha do Estado parou e veio repressão de Roma. Quando relaxou a pressão do Estado, Roma começou a fazer os ajustes de con-

²² D. Ivo Lorscheiter, até recentemente, foi bispo de Santa Maria. Foi, por longos anos, secretário-geral e presidente da CNBB. Nestes cargos, sempre foi um firme opositor do regime militar. (Nota do **IHU On-Line**).

²³ O Concílio Vaticano II começou no dia 11 de outubro de 1962 e terminou no dia 8 de dezembro de 1965. *Gaudium et Spes*, que significa *As alegrias e as esperanças*, é um dos documentos mais importantes deste Concílio. (Nota do **IHU On-Line**).

²⁴ Em 1968, na esteira do Concílio Vaticano II e da encíclica *Populorum Progressio*, realizou-se, na cidade de Medellín, Colômbia, a II Assembléia Geral do Episcopado Latino-Americano que deu origem ao importante documento que passou a ser chamado *Documento de Medellín*. Nele se expressa a clara opção pelos pobres da Igreja Latino-Americana. A conferência foi aberta pessoalmente pelo papa Paulo VI. Era a primeira vez que um papa visitava a América Latina. (Nota do **IHU On-Line**).

²⁵ D. Pedro Casaldáliga, poeta e escritor de renome internacional, foi bispo prelado de São Félix, MT. Quando assumiu a prelazia de São Félix, em pleno regime militar, denunciou veementemente o latifúndio e defendeu a reforma agrária e o direito indígena à terra. Foi duramente perseguido pelo regime militar. Pe. João Bosco Penido Burnier, jesuíta, foi assassinado ao lado dele, no dia 12 de outubro de 1976. (Nota do **IHU On-Line**).

²⁶ Entre os muitos cristãos que foram presos e torturados no regime militar, foram destacados pela opinião pública os freis dominicanos Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, Ivo Lesbaupin, Tito Alencar, entre outros. Sobre isso podem ser consultados, entre outros, os livros de Frei Betto, **Batismo de Sangue** e e o de Jacob Gorender, **O Combate nas Trevas**. (Nota do **IHU On-Line**).

²⁷ Cardeal Alfrink, arcebispo de Utrecht, na Holanda, foi uma das figuras mais importantes do Concílio Vaticano II e presidente da Pax Christi Internacional. (Nota do **IHU On-Line**).

²⁸ Confira a entrevista com o cardeal Paulo Evaristo Arns no boletim **IHU On-Line** n.º 95, de 5 de abril de 2004.

tas, com a Igreja do Brasil, reprimindo bispos e teólogos, intervindo nos seminários, levantando suspeitas acerca das Comunidades Eclesiais de

Base (CEBs), da teologia da libertação, das pastorais sociais, mas este já um outro capítulo de nossa história e matéria para outra conversa.

O Brasil no imaginário e nos porões da ditadura

Entrevista com Carlos Fico

Carlos Fico é mestre em História pela Universidade Federal Fluminense e doutor em História Social pela USP. Pesquisador do CNPq e “Cientista do Nosso Estado” da Faperj, é também professor no departamento de História da UFRJ e criador do Centro Nacional de Referência Historiográfica (CNRH). Entre seus livros destacamos: **A História no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica**. Ouro Preto: Editora UFOP, 1992 (co-autoria com Ronald Polito); **A História no Brasil (1980-1989): séries de dados**. Ouro Preto: Editora UFOP, 1994 (co-autoria com Ronald Polito); **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977)**. Rio de Janeiro: FGV, 1997; **O Regime militar**. São Paulo: Saraiva, 1999; **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e política política**. Rio de Janeiro: Record, 2001; **Além do golpe**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

IHU On-Line – Sua tese de doutorado, que depois foi publicada, levou o título *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. O que caracterizou o imaginário sobre o Brasil durante o governo militar?

Carlos Fico – A propaganda da ditadura militar se fundamentou em longas tradições históricas que existem no Brasil em relação a uma visão otimista. Na sociedade brasileira, no que se refere ao futuro do País, persiste a velha utopia da grandiosidade da natureza e também de um caráter nacional que singularizaria o povo brasileiro, que seria possuidor de diversas características positivas. É uma tradição de otimismo muito antiga que vem

desde o século XVI e foi utilizada, com muito sucesso, pela propaganda política da ditadura militar. O que eu tentei fazer nessa tese foi correlacionar aquele ufanismo da propaganda política a essa tradição secular de otimismo que existe no Brasil. Esse imaginário da sociedade brasileira, falando em termos naturalmente genéricos e simplificados, se afiança numa série de convicções, de crenças quanto ao perfil do brasileiro, ao perfil do País, às características que singularizariam o Brasil e seu povo, de modo que essa propaganda política, para ter sucesso, se assentou num material histórico pré-existente, que é este imaginário relativo ao otimismo brasileiro: a crença de que o Brasil é um país fadado ao sucesso, é um “país do futuro”, um “Brasil potência”. Todas essas características que a gente julga terem sido inventadas pela ditadura militar, foram, na verdade, reinventadas de um material histórico que já existia.

IHU On-Line – Uma espécie de estratégia para desviar o olhar do que realmente estava acontecendo nesses anos?

Carlos Fico – Claro. Toda propaganda política tem esse propósito, especialmente em ditaduras ou regimes autoritários em geral. Desviar a atenção da repressão, do autoritarismo, para uma suposta via bem-sucedida de tranquilidade, segurança, etc. Toda propaganda política tem esse propósito. Também no Brasil foi assim. O que os militares fizeram foi lançar mão desse material histórico pré-existente para propagar a idéia de que nós estávamos caminhando rumo ao Brasil potência.

IHU On-Line – Esse imaginário foi ajudado pelo momento inicial econômico que parecia bastante promissor?

Carlos Fico – Sim, a época foi muito propícia. A divulgação dessa idéia, durante o chamado “milagre econômico”, de um lado, quando o Brasil cresceu num índice realmente surpreendente e, de outro, por coincidências conjunturais, como a conquista da Copa do Mundo pelo Brasil. Isso foi também utilizado pelos “assessores de relações públicas”, como eles se chamavam, para a elaboração daquela propaganda ufanista.

IHU On-Line – Esse imaginário continua existindo nos tempos atuais?

Carlos Fico – Esse imaginário é bastante perene. Em alguns momentos, ele fica adormecido, mas, de tempos em tempos, em função de situações conjunturais, ele reaparece. É o caso, por exemplo, do lançamento do Plano Cruzado, depois do fim da ditadura, em 1986, pelo ex-presidente Sarney, quando esse tipo de imaginário social foi retomado, numa onda de otimismo muito grande, embora de curtíssima duração, porque o plano logo fracassou. A crise econômica dos últimos 20 anos tem feito com que essa crença otimista num Brasil grandioso, do futuro, etc., permaneça adormecida. Mas eu imagino que, se a gente tiver, um, dois, três anos de crescimento econômico sem maiores crises, qualquer governo que esteja no poder vai lançar mão dessa utopia nacional do otimismo.

IHU On-Line – O senhor escreveu um livro intitulado *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Como era a situação de espionagem enquanto acontecia a propaganda ufanista?*

Carlos Fico – Eu entendi que, para compreender a ditadura militar, havia que estudar o que chamo de pilares repressivos, ou instâncias repressivas da ditadura, ou seja, a propaganda política, por onde comecei, mas também a espionagem, a polícia política, a censura da imprensa, a censura de diversões públicas e uma instância que era chamada de Comissão Geral de Investigações (CGI), que fazia julgamentos sumários de pessoas supostamente corruptas. Em 1998, descobri o acervo de documentos secretos da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça e

comecei a trabalhar com o tema da espionagem e da polícia política. E este livro, ***Como eles agiam***, trata da espionagem e da polícia política. Mais recentemente, eu trabalhei com o acervo da divisão de censura para tratar desse outro pilar da ditadura, que são as censuras, censura da imprensa e das diversões públicas. Em 2004, lancei outro livro, também pela Record, um livro de avaliação das teses que explicam o golpe. Ele se chama ***Além do golpe***.

IHU On-Line – Há quem afirme que a ditadura no Brasil foi mais “branda” que em outros países da América Latina. O senhor, que estudou esses porões da ditadura, concorda com essa afirmação?

Carlos Fico – Eu acho que é uma contabilidade um pouco mórbida, quantos morreram, onde morreu mais gente... O fato de a Argentina e de o Chile terem ditaduras mais violentas, não desculpa em nada a ditadura militar brasileira, que foi igualmente violenta, quando foi necessário, embora tenha causado um número menor de vítimas. Na verdade, a repressão brasileira foi bem mais dirigida e, nesse sentido, mais eficaz, entre aspas, do que as demais ditaduras da América Latina, que fizeram a repressão de maneira muito mais aleatória, talvez por conta do sistema de espionagem brasileiro que atuava já desde antes de 1964 – o SNI foi criado em 1964, mas antes já havia atividades de espionagem, de modo que a repressão sabia exatamente a quem buscar. Acho que essa comparação é equivocada, porque, se houvesse a necessidade de uma violência descontrolada, abrangente, os militares brasileiros também a teriam feito.

IHU On-Line – O senhor se referiu a documentos que encontrou há poucos anos. Que documentos são esses?

Carlos Fico – É o acervo documental da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça. Em cada ministério civil, havia uma DSI. As DSIs eram repartições, subdivisões do SNI, nos ministérios civis. Em 1998, eu fiquei sabendo que o Arquivo Nacional estava de posse dessa documentação. Então eu fiz um requerimento ao mi-

nistro da Justiça, solicitando acesso aos documentos, o que me foi concedido depois de um longo processo. É o primeiro acervo de documentos secretos da ditadura pesquisado por um historiador brasileiro. Com base nesse acervo, eu fiz o **Como eles agiam** e criei o Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar, na UFRJ. Como é um acervo muito grande, envolvi mestrandos e doutorandos trabalhando com temas específicos.

IHU On-Line – A pesquisa histórica sobre a ditadura estaria, então, em seus inícios?

Carlos Fico – Sem dúvida. Há muito estereótipo sobre a ditadura militar. O senso comum tem leituras muito equivocadas sobre o tema, porque o trabalho do historiador sobre o tema da ditadura, que vamos aos poucos realizando, é muito recente. O que houve foram avaliações da Ciência Política e também memórias: uma grande memorialística, que existe, sobretudo desde os anos 1970, da direita e da esquerda. Mas o trabalho do historiador, com base em acervos documentais diretamente emanados da ditadura militar, é muito recente.

O Pasquim: resistência crítica e humor

Entrevista com José Luiz Braga

José Luiz Braga é coordenador do PPG em Comunicação da Unisinos, doutor em Ciências da Informação e da Comunicação pela Universidade de Paris II, França. Sua tese de doutorado, que, posteriormente foi publicada, intitula-se **O Pasquim e Os Anos 70**. Brasília: UnB, 1991. Na pesquisa, Braga fez, entre 1980 e 1984, um estudo do jornal semanal **O Pasquim**, abrangendo as origens do jornal, em 1969, até 1982, data em que **O Pasquim** começou uma nova fase. O pesquisador é também autor de **Comunicação & Educação – Questões delicadas na interface**. São Paulo: Hacker, 2001 e organizador de **Brasil – Comunicação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994 e **A Encenação dos Sentidos – Mídia, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

IHU On-Line – Quais eram as condições sociais, políticas e culturais que levaram à criação de O Pasquim?

José Luiz Braga – Ele não começou como contestação ao regime militar. Começou numa perspectiva de sobrevivência dos jornalistas que o criaram. Em 1964, o governo cortou uma série de coisas que eram mais visivelmente populares, com perfil de esquerda, e que imediatamente se tornariam contestadoras: movimentos estudantil e sindical, jornais de esquerda e ações muito concretas que aconteciam no País, relacionadas à reforma agrária, às experiências educacionais de Paulo Freire, etc. Com relação à imprensa, a ação foi maior sobre a imprensa partidária e sindical e menos sobre a imprensa geral. O período entre 1964 e 1968 ainda, para a imprensa, é muito rico, tanto que surgiu a revista **Veja**, que não é a **Veja**

que conhecemos hoje. Era uma revista extremamente renovadora. Apareceram a revista **Realidade** e o **Jornal da Tarde**. Todas elas experiências muito ricas de jornalismo, porque os jornalistas que saíram dos jornais fechados, foram para esses espaços. No pré-1964, havia um perfil de jornalista crítico, analítico, contestador. Em 1968, surgiram novas complicações para a imprensa. Quando veio o “golpe dentro do golpe”, com o AI-5, começou uma pressão radical sobre as empresas jornalísticas para frear o profissional do jornalismo crítico e politicamente ativo. **O Pasquim** começou em julho de 1969. Um grupo que tinha perdido espaços nos jornais, humoristas, desenhistas de humor, que faziam charge política, criaram **O Pasquim** como estratégia de sobrevivência. A idéia deles era criar um jornal de humor para abordar outros assuntos que não fosse política e se deslocaram para a crítica de costumes, a crítica cultural.

IHU On-Line – Mas, ainda sem querer, acabaram fazendo uma proposta que incomodou os militares?

José Luiz Braga – Em um período bastante curto, eles descobriram que a crítica de costumes incomodava o governo. O que não foi pensado para criticá-lo acabou incomodando-o e é fácil entender por quê. A política conservadora dos militares era coerente com uma política conservadora dos costumes tirados dos velhos baús de família, valores extremamente tradicionais, como a posição da mulher na sociedade, etc. Diante disso, uma crítica de costumes numa perspectiva sarcástica, que criticava exatamente esses valores, foi sentida pelo regime militar como crítica política. Os jornalistas do **Pasquim** pensavam estar traba-

lhando numa área de baixo risco e, de repente, todo o mundo é preso, depois da lei da censura prévia, sem nem saber por quê. Só nesse momento, perceberam que aquilo que faziam tinha um sentido político.

IHU On-Line – Como o jornal continuou, estando eles presos?

José Luiz Braga – Eles ficaram presos uns 20 ou 30 dias. O único que não foi preso, porque apenas publicava os *cartoons*, foi Millor Fernandes. Ele e o Henfil fizeram os quatro números do jornal. Esses números são muito interessantes, porque eles não podiam sequer noticiar que os outros estavam presos. Pensaram em fechar o jornal, mas resolveram assumir e eles dois publicaram charges ao estilo dos outros, como se fossem Ziraldo, Jaguar, etc. Como se **O Pasquim** estivesse sendo redigido normalmente, mas era evidente a diferença. Uma forma óbvia de dizer que os outros não estavam. Nessa época, publicavam muitas cartas de leitores. Alguns leitores reclamavam, não entendiam e escreviam: “**O Pasquim** está uma droga, mudou. O que está acontecendo?”. Por esse fato, muitas pessoas entenderam que havia um espaço cultural rico em **O Pasquim**, que fazia sentido como contestação, a contestação possível da época. E começaram a aparecer militantes culturais de diversas áreas, intelectuais, artistas, produtores culturais, etc., pois perceberam que era um espaço a ser defendido e nele podiam dar sua contribuição. Começou, então, a ser um jornal humorístico e de crítica social, cheio de entrelinhas, de insinuações. No início, os censores não percebiam certas obviedades. Por exemplo, eles mudavam a cada semana o lema do jornal. Um deles, que passou pela censura prévia, dizia “tesoura sim, alicate não”. Uma crítica contra a tortura, ou seja, “a censura a gente agüenta, mas a tortura, não”. Claro que muita gente não entendia, era preciso ter uma percepção do contexto.

IHU On-Line – O público que compreendia a mensagem do jornal era muito reduzido?

José Luiz Braga – Roberto Schwartz, em um estudo dos anos 1970, diz que a esquerda brasileira era, na época, um grupo de 50 mil pessoas, urba-

nas, especialmente de São Paulo, e acho que esse número era otimista. Mas claro que não eram só eles os leitores de **O Pasquim**, o jornal chegou a ter uma tiragem de 120 mil exemplares, que, para a época, era absolutamente extraordinário.

IHU On-Line – Qual era a diferença dos outros jornais alternativos da época?

José Luiz Braga – A diferença estava, por exemplo, nas linhas editoriais. Nos jornais alternativos, geralmente, o editorial era decidido semana a semana em assembléia, mas sempre ficavam vozes que calavam, já que ganhava a maioria. **O Pasquim** era diferente. O camarada tinha uma coluna e escrevia o que ele queria, o que possibilitava, inclusive, debate entre colunas. Na verdade, era um jornal de colunas, sendo algumas de desenho. Eram espaços de decisão individual do autor. Freqüentemente, brigavam “ao vivo” no jornal. Jaguar publicava uma charge, no número seguinte o Ivan Lessa fazia uma crítica daquilo, na outra alguém tomava uma terceira posição e, acompanhando uma série de jornais, fica evidente essa polêmica, acontecendo ao vivo no jornal. Isso o mantinha muito rico, muito vivo e muito plural.

IHU On-Line – Que outras formas eles usavam para passar pela censura?

José Luiz Braga – Para sair um jornal, eles produziam três, o que tinha um efeito de cansaço sobre o censor, que sempre deixava passar alguma coisa. No começo, quem fazia a censura era uma mulher com uma certa formação jornalística. Eles descobriram que ela gostava de beber, então a convidavam para ir ao jornal, ficavam batendo papo e bebendo, depois entregavam a edição da semana para ela, e a censura era mínima. Logo, os militares desconfiaram o que estava acontecendo e a substituíram por um general. O jornal foi recolhido das bancas várias vezes, teve quatro a cinco apreensões. Passando pela censura prévia, ia para as bancas. Nesse meio tempo, os militares descobriam alguma coisa de que não gostavam e apreendiam o jornal. E o jornal não podia dizer que tinha sido apreendido, porque a imprensa não podia dizer que havia censura. Mas eles sem-

pre encontravam uma forma de dizê-lo. Uma delas foi a escolha do lema: “**O Pasquim**: um jornal muito apreensivo”, fazendo um jogo de palavras com estar apreendido. E a censura não percebia.

IHU On-Line – Mas nunca foi fechado como foi o caso de jornais políticos e sindicais?

José Luiz Braga – Octavio Ianni tem um estudo muito interessante sobre a imagem que o governo militar criava para fora e para dentro. O regime militar tinha uma postura para si próprio que era considerar-se democrático. Os militares sempre recusaram a idéia de que fosse uma ditadura. Tanto que eles cumpriram uma série de formalidades democráticas para manter uma imagem, até para eles mesmos. Claro que as fronteiras da democracia se encolheram: os generais sempre foram eleitos. Os presidentes nunca foram diretamente designados, foram eleitos pelos próprios generais. Para eles isso era democracia: ninguém tomou o poder, foi eleito. Sempre assumiram essa auto-imagem. Até aos Atos Institucionais eles quiseram dar o *status* de decisões constitucionais. Houve sempre essa preocupação. Por exemplo, Petrônio Portella disse, como porta-voz do Geisel: “O Presidente não tem como saber o que acontece nos porões do poder”, referindo-se à tortura. Os jornais alternativos tiveram seu espaço, mas, em nenhum momento, houve a decisão de proibi-los. No momento em que fechassem o jornal, escancarava a idéia de ditadura.

IHU On-Line – Como e quando acabou a censura?

José Luiz Braga – **O Pasquim** parou de ter censura prévia, no n.º 300, em 1975. Os membros do jornal receberam um telegrama dos censores, dizendo que não precisavam mais passar pela censura e que “a partir deste momento, a responsabilidade é de vocês”. O número 300 foi o primeiro sem censura, o Millôr Fernandes era o presidente do jornal. Eles tiraram da gaveta uma porção de coisas bem radicais de crítica. Millôr fez um editorial, sobre essa frase do telegrama. Ele disse explicitamente que o jornal não estava mais sob censura prévia e disse que o General que assinou o tele-

grama se enganou: “a responsabilidade sempre foi nossa e sempre caiu nas nossas costas, porque nós que fomos presos, tivemos números apreendidos, matérias cortadas, etc.”. O número 300 foi apreendido. O primeiro número sem censura foi apreendido. No número 301, os integrantes do jornal recuaram, porque eles não teriam como sobreviver se todos os jornais fossem apreendidos. No n.º 301, Millôr disse explicitamente que seriam mais cautelosos. Ainda outros números, mesmo na transição lenta e gradual, no governo Figueiredo, foram apreendidos. Por exemplo, quando o governo Figueiredo completou um ano, a capa de **O Pasquim** trazia um bolo e uma moça saindo do bolo, só que o rosto era o do presidente Figueiredo, em volta os integrantes de **O Pasquim**, batendo palmas e uma legenda dizendo: “um aninho só” (um ano de seu governo) “e já com um corpinho de 16” (os anos anteriores do regime). E obviamente foi apreendido de novo.

IHU On-Line – Em que momento O Pasquim começa a abandonar essas características tão marcantes?

José Luiz Braga – O jornal vai com essa pluralidade até a anistia. Com a anistia, **O Pasquim** deu ênfase aos retornados. Eu chamo esse período de “o jornal dos retornados”. Todo o mundo passou a escrever no jornal e, ao mesmo tempo, as vozes liberais também se fizeram presentes. Com a anistia, há um relaxamento dos controles, e a situação é outra. É o esforço de recuperação da democracia e obviamente os aliados mais evidentes são as vozes liberais que não são contestação de esquerda, mas esforço de retomada do padrão democrático anterior, sem uma preocupação pela implantação de um regime socialista. Amplia-se mais o leque de pluralidade, e as vozes liberais entram nesse leque. Isso já é no período dos anos 1980. Começa a haver eleições nos Estados e se elegem, em 1982, governos de oposição aos militares. O momento é outro. Para **O Pasquim** é um período de fechamento, vai se tornando mais estadual (RJ), não nacional. Um grande conflito interno são as opções que os jornalistas fazem entre as várias candidaturas, e quem apóia Brizola e o PDT,

que vence as eleições no Rio de Janeiro, é o Jaguar. Depois das eleições, muitas pessoas saem do jornal, e ele perde a pluralidade.

IHU On-Line – Parece um paradoxo tanta pluralidade em tempos de repressão e, em tempos de abertura, a pluralidade diminui?

José Luiz Braga – O jornal se politiza mais a partir dos retornados e perde o que o caracterizava e fazia sua pluralidade. Ao mesmo tempo, os intelectuais, artistas, etc., que tinham espaço no jornal, começam a encontrar espaços em outras áreas. Perde pluralidade também por causa disso. E **O Pasquim**, hoje, é outra coisa, decorre diretamente do contexto em que foi desenvolvido. Muitos dos que estão agora, estavam nos inícios. Eles fazem humor com as posições que já tinham na época, mas o jornal não é só a substância, é a relação com o contexto. A lógica de **O Pasquim** é o percurso que constrói nesse contexto específico. **O Pasquim**, lido nas suas entrelinhas, é muito representativo da história da década de 1970, inclusive da década anterior, de enorme riqueza cultural, artística, acadêmica... É um dos lugares de onde se pode olhar o golpe com uma panorâmica muito grande.

IHU On-Line – Como vê o jornalismo alternativo hoje?

José Luiz Braga – A imprensa alternativa de 1960-1970 se tornou uma riqueza extraordinária. Não só porque tinha uma postura de crítica política, predominantemente socialista, mas também porque, na prática, eles realizaram uma outra crítica que, infelizmente, não se tornou tão explícita: a crítica aos processos jornalísticos. A grande imprensa se desenvolveu nesse período. O regime ajudou a modernizar as empresas jornalísticas, como a **Globo**, tanto a TV como seus jornais, que se modernizou, como empresa jornalística, capitalista, com suas qualidades específicas. O que a imprensa alternativa fez foi uma experimentação de jornalismo “outro”, alternativo. Não só por ter outra posição política, mas também por outra posição de fazer jornal. E isso para mim foi riquíssimo. A abertura significou praticamente o desaparecimento da pequena imprensa, porque não ficou suficientemente claro que eles não eram simplesmente crítica política ao regime, mas sim que eram crítica ao processo jornalístico. Só que essa crítica não era refletida, escrita, era simplesmente crítica ao modo de ser outra coisa. Houve a experiência, mas não a reflexão, porque se pensava a política, mas não se pensava a própria experiência de vida de imprensa alternativa.

Berlinda na lua cheia. João Carlos Haas e a guerrilha do Araguaia

Entrevista com Sônia Haas

Última dos sete irmãos da família Haas, Sônia Maria, publicitária, ex-professora das Ciências da Comunicação da Unisinos e ex-diretora de Comunicação Social e Marketing da Universidade, dedicou muitos anos de sua vida a uma busca que parece estar próxima do fim. Sônia tinha sete anos, quando seu irmão João Carlos Haas Sobrinho saiu de casa e foi para São Paulo. Em 1964, João Carlos formou-se em Medicina pela UFRGS e, aos 24 anos, continuou os estudos, fazendo uma especialização no Hospital de Clínicas.

*Em 1980, Sônia tomou a iniciativa de buscar os restos mortais de seu irmão. Ele teria sido morto na guerrilha do Araguaia, região localizada no atual estado de Tocantins, onde o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) organizou um foco guerrilheiro, nos anos 1970. É o que ela vem fazendo desde então, ajudada pela Comissão de Famílias de Mortos e Desaparecidos, pelo movimento “Tortura Nunca Mais” e pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos, organizações apoiadas pela Anistia Internacional e pela Comissão Nacional de Justiça e Paz, vinculada à CNBB. Os restos mortais dos guerrilheiros continuam desaparecidos. Em 1996, uma das ossadas foi encontrada, sendo preliminarmente apontada como pertencente a João Carlos Haas. Sônia relata toda essa história em entrevista ao **IHU On-Line** por telefone, falando de Cacha Pregos, um vilarejo de pescadores, na Ilha de Itaparica, na Bahia, lugar onde reside atualmente.*

IHU On-Line – Já foi confirmada a informação de que o corpo encontrado em 1996 é realmente o de João Carlos Haas Sobrinho?

Sônia Haas – Não. Trouxemos uma ossada em 1996, levamos para Brasília e lá ela ficou todos esses anos, sendo submetida a exames, mas não havia tecnologia, não havia um método... Era difícil de fazer. Faz três meses que o secretário nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, levou os restos mortais para a Argentina, para peritos de antropologia forense mais equipados e experientes. Lá estão tentando fazer a identificação, por meio de um exame feito com os sangues da minha mãe, retirado quando estava viva, meu e da minha irmã. Hoje me pediram que obtivesse o sangue do meu irmão mais velho, porque eles não estão conseguindo fazer a amostragem, que é muito difícil, pois a ossada está muito contaminada com bactérias. Então eles querem tentar com um homem. Talvez, nessa semana, eu consiga enviar esse sangue para a Argentina. Será a última tentativa. Se eles não conseguirem identificar, vou ter que me reunir com eles e ver se vamos fazer com a perícia de antropologia forense propriamente dita, considerando a medida de ossos, o histórico... Ele tinha um tiro na perna, essa ossada tem um tiro na perna bem na altura que ele também tinha. Há coincidências. Se a opinião do antropólogo argentino, Luis Fondebrider, o mesmo que reconheceu a ossada do Che Guevara, for que podemos reconhecer essa ossada, mesmo sem DNA, aí vamos aprovar. É algo subjetivo. Logo vamos resolver essa questão, se Deus quiser.

IHU On-Line – Qual era a percepção que a família tinha do que estava acontecendo a partir de 1964?

Sônia Haas – Nós morávamos em São Leopoldo, que não era um foco político de esquerda. O João Carlos estudava em Porto Alegre, na Faculdade de Medicina. Ele já era presidente do Centro Acadêmico, ele já tinha sido vice-presidente da Federação dos Estudantes. São Leopoldo não tinha esse clima. Nós não vivemos essa tensão pré-golpe. Se vivemos, foi muito de longe. Meu pai foi sapateiro, depois virou empresário, mas foi um homem muito humilde, discreto. Minha mãe também. Nós não tínhamos envolvimento político. Só quando João Carlos foi preso em 1964, antes de se formar, meus pais se deram conta de que ele estava envolvido numa coisa muito séria. Ele não tinha falado nada em casa. Minha irmã estava cursando Filosofia na UFRGS e ali soube que ele tinha sido preso e trouxe a notícia para a família. Na época, não estava ligado ao PCdoB. Foi preso porque era presidente do Centro Acadêmico. Mais tarde ele deve ter se filiado ao PCdoB e foi embora sem dizer para meus pais que seguiria essa opção política. As cartas não falavam. Meu pai começou a procurar depois de 1968, e já imaginou que, se ele estava envolvido em política estudantil, seguiria esse caminho. Mas nunca se tinha certeza do paradeiro dele. E assim foram muitos anos até sabermos, pela imprensa, em 1979, que tinha falecido e que tinha participado da guerrilha do Araguaia. Mas já tinham se passado sete anos de sua morte.

IHU On-Line – Na época, São Leopoldo não tinha muitas fontes de informação da realidade do País?

Sônia Haas – Nesse tempo, não existia Internet, as linhas telefônicas eram caríssimas, não tínhamos o Trensurb [empresa operadora do metrô de superfície que liga Porto Alegre à região metropolitana] para Porto Alegre, que era “a capital”. Aí já se corta a metade das informações que hoje se tem. Os jornais de grande circulação no País não chegavam ao interior. Mesmo em Porto Alegre, para conseguir uma Folha de S. Paulo, um Estadão, O Globo, era uma dificuldade. Além disso, o Exército, já na pressão pós-golpe, começou a trancar as distribuições dos jornais. Começou a fazer censura, a fazer controle da mídia. As rádios

não podiam falar nada, televisão nem se fala... Era só bobagem. Não sabíamos o que estava acontecendo no País. Isso foi por muitos anos, até o final de 1979. Pessoas como nós, que vivíamos em São Leopoldo, que tínhamos acesso limitado às informações, que não conhecíamos militantes de partidos políticos, não conhecíamos ninguém do PCdoB, ficávamos isoladas. Não tínhamos como conversar com essas pessoas, elas se escondiam, tinham medo. Era um cenário em que se ignorava o que estava acontecendo ali na esquina. As pessoas poderiam estar morrendo, sendo torturadas na delegacia da cidade, e ninguém sabia. Isso aconteceu conosco. Meu pai procurou meu irmão pelo Uruguai, porque achou que ele estivesse com Brizola, procurou-o pela Argentina, até mais longe, em vários países, porque algumas pessoas diziam saber onde ele estava por algum dinheiro, especulavam... Nada teve sucesso. Fomos nos aquietando com aquela dor, aquela angústia... Existia um silêncio lá em casa em relação a esse assunto, porque era uma dor tão grande e sem explicação, que estávamos esperando o que ia acontecer. Pensávamos que um dia iríamos encontrá-lo vivo. Eu tinha sempre esse sonho. Quando ficamos sabendo, ele já tinha falecido há sete anos... Foi uma falta de dignidade, de justiça, do governo, o modo como comunicou à família. Poderia, pelo menos, ter dito: “Matamos essas pessoas, porque estavam fazendo um movimento contra o nosso governo”. Isso qualquer lei internacional de guerra determina, que haja divulgação dos mortos. O Brasil não cumpriu isso, até hoje estamos esperando essa localização de corpos.

IHU On-Line – Pelos depoimentos dos colegas, João Carlos exerceu uma liderança forte tanto no movimento estudantil quanto na guerrilha do Araguaia?

Sônia Haas – Existia uma efervescência de pessoas pensantes, de líderes, de pessoas inteligentes, que queriam um país melhor. Ninguém tem que julgar se eles estavam certos ou errados. Mas houve uma pressão política enorme, o Exército se apavorou e quis tomar conta do poder, derrubou o Jango e veio para cima com toda a violência e foi matando e prendendo... As pessoas tiveram

que sair do País e ficou um vazio no Brasil, de muitos anos. Hoje é difícil encontrar um líder. Temos o Lula, que foi meio forjado. Também nos sindicatos eles cortaram as lideranças. O Genoíno Neto, hoje presidente do PT, era da guerrilha do Araguaia. Era um militante fraquíssimo da guerrilha. Era uma pessoa de pouca importância, com todo respeito que tenho por ele. Era um menino, foi preso logo no início, uma pessoa que não tinha relevância política como os demais. Ele hoje é o presidente do partido que governa o País. Imagina quantas outras pessoas maravilhosas não haveria. Quem conhece história sabe o quanto foram procuradas essas pessoas. Esse pessoal da guerrilha que foi para o Araguaia sumiu mesmo, pois era um lugar totalmente inacessível. Havia um desespero para saber onde eles estavam, o que eles estavam aprontando.

IHU On-Line – João Carlos esteve na China, antes de ir para Araguaia, mas vocês achavam que ele ainda estava em São Paulo?

Sônia Haas – Exato. Foi em 1967. Nós não sabíamos. Ficamos sabendo depois, quando o PCdoB começou a divulgar que eles tinham ido, em 1979. Ficamos sabendo de tudo em 1979 e 1980. Ele estava aqui pertinho. Eu jamais imaginava que o João Carlos estaria no Brasil, porque eu não tinha também idéia do quão grande era o Brasil... A gente vivia num lugar pequeno, com todo o controle de informação. Dentro das escolas, houve uma repressão intensa. Tudo isso eu vivi, estudei na década de 1970, que foi “a pesada”. Por exemplo, eu tinha um professor de sociologia, marido da professora da Unisinos Lia Bergamo Becker, o Vitor, que foi perseguido, porque nos falava sobre política, sobre América Latina, sobre situações de pobreza. Era tudo muito controlado.

IHU On-Line – Você lembra bem, em 1979, do momento em que ficaram sabendo da notícia da morte de seu irmão pelos jornais?

Sônia Haas – Lembro, sim. Foi muito difícil. A gente custou para entender o que tinha acontecido. Meus irmãos, que moravam em Porto Alegre, começaram a buscar pessoas conhecidas, em

quem confiavam, porque ainda era um período perigoso, do PMDB na época, que era o partido oficial de esquerda, para saber o que havia acontecido, e elas foram confirmando que tinha havido uma guerrilha no Araguaia, e tinha sido o Partido Comunista do Brasil. Em 1980, o PCdoB fez um congresso na Bahia. Uma prima minha, que era muito amiga do João Carlos, veio. Ela conversou com as pessoas do partido, pegou um diário da guerrilha, mostrou fotos para elas. Elas também mostraram fotos. Foi uma troca de informações. Mas a gente sempre tinha aquela dúvida: Será que ele morreu mesmo? Será que eles não mandaram essa gente para um outro país? Será que não ficaram morrendo de fome no meio do mato e ficaram loucos? Minha irmã mais velha, que era muito ligada ao João Carlos, até hoje, eu percebo, tem essas questões presentes. A vontade de ter a pessoa viva faz pensar nisso.

IHU On-Line – A partir do momento em que vocês ficaram sabendo da morte de João Carlos, a família se centrou nessa busca?

Sônia Haas – A partir desse momento, as coisas ficaram complicadas, com maior silêncio ainda. Esse assunto não era conversado. Era uma coisa absurda, muda dentro de casa. Eu já estava na faculdade, na Unisinos, tinha professores de esquerda maravilhosos, como o André Forster e outros que passaram por aí. Comecei a procurá-los e a me articular e tomei a frente. No início, houve resistência dos meus pais. Eles não queriam que eu fosse atrás da história, achavam perigoso. Ainda era realmente perigoso. A abertura mesmo começou em 1980, 1981. Mas enfrentei, inclusive, enfrentei meu pai. Depois ele entendeu, me deu uma procuração para eu poder fazer as tramitações burocráticas, senão eu não podia fazer nada. A partir de 1980, eu assumi o assunto. Já estou há 24 anos nessa história, mais da metade da minha vida.

IHU On-Line – De certa forma, seu conhecimento de João Carlos completou-se muito mais com os depoimentos das pessoas ao longo destes anos de busca?

Sônia Haas – É exatamente isso. Minha busca é por isso. Para montar esse quebra-cabeça que foi

a vida dele, reconhecê-lo nas outras pessoas, nas histórias. É muito importante resgatar a pessoa a cada encontro novo. Nunca vamos saber tudo. É impossível... mas o importante é essa caminhada. É muito bonito, de repente, sem querer, estar no meio de uma outra história, alguém ver o sobrenome, me procurar para dizer que foi colega ou que foi professor de meu irmão. Existem histórias muito bonitas. Isso acalmou um pouco meu coração. Era uma forma de encontrá-lo. Muito mais com o pessoal da região do Araguaia. Eu estive três vezes lá, com aquelas pessoas que o adoravam. Lá está cheio de crianças com o nome dele, afilhados dele. Ele ensinava inglês para os camponeses e um pouco de português também. Ele comprava livros para o pessoal ler. Essas coisas são do meu irmão. Eu gosto de escutar histórias que resgatam a identidade dele. Isso também vai fortificando a idéia de que ele foi feliz. Pelo menos a minha percepção é essa. Ele foi feliz com a escolha dele. Infelizmente, ele foi embora muito cedo, mas ele escolheu o caminho no qual acreditava e se realizou. Ele gostou muito da região. Era uma pessoa muito alegre, jogava futebol com o pessoal, brincava... Eles contam histórias muito bonitas. Não só eles, mas também os militantes do PCdoB. Foi uma trajetória belíssima de vida, pena que curta, mas isso também é incontrolável. Eu acho que ele sabia disso também. Ele resolveu doar a vida dele. Quando ele foi preso em 1964, ficou cerca de 15 dias. Eu cheguei a ir visitá-lo, não pude entrar, mas fiquei dentro do carro. Minha mãe entrou, levou maçã e não lembro mais o quê. Quando ele voltou para casa, minha mãe trancou-o dentro do quarto dela e fechou a porta. O lugar de confissão, na minha casa, era o quarto da minha mãe. Ela disse: “João Carlos, por favor, pára de fazer política estudantil, sai desse grêmio estudantil, faz a tua medicina que tu gosta tanto, tu sempre sonhou em ser médico, a gente vai te ajudar”. Meu pai tinha o sonho de fazer um hospital para pessoas pobres em São Leopoldo. E ela continuou: “O pai vai fazer esse hospital, tu vai trabalhar lá, vai te realizar”. Ele não conseguiu. Ele se atirou na cama chorando e disse: “Mãe, não me pede isso. Eu não posso. Eu quero fazer mais, eu tenho que ajudar mais pessoas”. Ele até apela e diz: “Tu é tão católi-

ca e acredita tanto, e tem fé em Jesus Cristo, então tu tem que me entender, porque meu pensamento é parecido com o dele”. A minha mãe teve que desistir. O que ela iria dizer? Em uma entrevista, ela falou para o jornalista que, a partir daí, começou a rezar para que ele se desse bem. Claro que ela não imaginava que a história dele iria ser tão marcante. Ela sempre teve muito orgulho dele. Eu também tenho e acho que toda a nossa família tem, independente de qualquer posicionamento político. O que vale da pessoa é a coragem de assumir um ideal em que ela acredita, ser fiel a seus valores. Ele foi assim. Foi o que ele aprendeu dentro da minha casa.

IHU On-Line – Como você se sente em estar aparentemente tão próxima de tê-lo encontrado?

Sônia Haas – Nem sei dizer. Eu queria ter certeza que é ele. Isso para mim é fundamental. Se eu não tiver essa certeza, eu não sei como vou reagir. Se eu tiver a certeza, vai ser um alívio, vai ser um ponto final numa história que a gente vem buscando há muito tempo, poder oferecer para ele uma sepultura digna, um sepultamento com a honra de um cidadão. A minha mãe sempre quis isso. Ela era muito católica e queria sempre trazer para São Leopoldo seja lá o que fosse do filho dela. Ela achava que a pessoa ficar jogada em qualquer lugar do Brasil não era certo. Ele tinha família, tinha o lugar onde nasceu. Nisso eu concordei com ela e por isso busquei-o muito, sempre por causa da minha mãe, que era uma pessoa fantástica. Eu sinto como se tivesse cumprido uma missão. Estou cansada disso, sinceramente. Estressou-me durante esses anos todos, porque eu não me dediquei profissionalmente a isso. Há pessoas que só viveram disso. Eu sempre estudei, trabalhei, e esse fato foi uma coisa paralela na minha vida. É difícil coordenar. Em certos momentos é muito forte, mas tenho que levantar a cabeça e ir de novo. Há momentos em que dá vontade de desistir, momentos de frustração, o que é normal. Poder levar o João Carlos para São Leopoldo será para mim uma realização. Um sentimento de paz. O mais importante é essa paz que quero ter ainda no meu coração. A madrinha dele, que é minha

tia, ainda está viva e mora em São Leopoldo. Sei que ela ainda sofre muito e meus irmãos todos também. Vai ser bom para a nossa família.

IHU On-Line – Todas estas experiências estão ficando registradas em um livro?

Sônia Haas – Sim. Eu quero ver se termino até junho, porque ainda falta muita coisa. A jornalista Ana Flor, que trabalhava conosco, na Unisinos, está me ajudando, fazendo entrevistas com várias pessoas. Eu estou redigindo o texto e vamos ver como vamos editar o livro. Vai ser algo bem mesclado. O título do livro eu já escolhi. Será uma homenagem à juventude da região do Araguaia, em virtude de uma brincadeira que meu irmão fazia com os jovens de lá, que se chama “berlinda na lua cheia”. No dia da lua cheia, eles faziam uma berlinda, que era uma ciranda com vários jogos à luz da lua. Vinham adultos, crianças, velhos... Eram várias brincadeiras, joguinhos, aquelas coisas de interior. Uma das vezes que eu fui lá uma das moças, que conheceu o João Carlos, me contou e me mostrou o lugar na beira do rio onde eles faziam a “berlinda na lua cheia”. Tem muita coisa a ver com a proposta dele de andar pelo Brasil, fazer um jogo, uma berlinda, conhecer outros mundos, apostar nas coisas, de conhecer pessoas, de trocar. A minha vivência nessa história também é um jogo, é um vai-e-vem, são várias situações que foram acontecendo e montando a minha história

em cima da dele. No livro, eu explico um pouco do porquê desse título, meio romântico, como eu sou, ainda.

IHU On-Line – O fato de você estar morando em Cacha Pregos, um vilarejo de pescadores, na Ilha de Itaparica, num cenário tão simples, pode ter a ver com uma influência de João Carlos na sua vida?

Sônia Haas – Provavelmente. Depois nos damos conta de que vamos fazendo as coisas. Na verdade, eu fui conhecer o interior do Brasil, buscando por ele. Fui para o norte e conheci um mundo que, no Rio Grande do Sul, não se conhece. Fui para o Pará, fui para Goiás, para Tocantins. Eu me encantei com o povo brasileiro e quis conhecer mais. Eu não conheço a Europa e não conheço os Estados Unidos. Eu conheço o Brasil, Cuba, Chile, Argentina, Uruguai. Sempre me interessei mais pelo que é nosso. Isso me marcou. Eu sempre procurei ler coisas que falassem do povo brasileiro, já que meu irmão, afinal, deu a vida por ele. Então, eu sempre quis entender melhor isso. Acabei vindo para um lugar que tem essa característica e me sinto bem. Recuperei-me muito aqui do meu estresse. É bom para a cabeça e é uma experiência fascinante. Para quem já viveu num lugar como a Unisinos, por exemplo, poder vir para cá e se desprender das amarras daquelas exigências, daquelas regras... É bom. É inegável que tem a influência do meu irmão nisso.

Principais diferenças nos modelos econômicos: governo militar, FHC e Lula

Entrevista com Wilson Cano

Wilson Cano bacharelou-se em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, realizou o doutorado em Ciências Econômicas pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp. Na Unicamp, prestou concursos para livre-docente, professor adjunto e professor titular. Foi diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas no período de 1976 a 1980. É professor no Departamento de Política e História Econômica do Instituto de Economia da Unicamp. Cano estuda os problemas do Brasil e da América Latina há mais de 30 anos. Trabalha para identificar as razões que levam ao subdesenvolvimento. Seus livros mais recentes são: **Introdução à Economia**. São Paulo: Editora UNESP, 2001; **Soberania y Política Económica en América Latina**, 2001; e **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

IHU On-Line – Qual é o significado de fazer memória dos 40 anos do golpe de estado, acontecido em 1º de abril de 1964?

Wilson Cano – Sempre é bom lembrar um momento crítico pelo qual o povo pode ter passado, uma revolução, uma catástrofe, uma guerra, um golpe militar, enfim, é uma data extremamente significativa. A ditadura já passou. Nós conseguimos reingressar num processo de redemocratização do País, mas é sempre bom lembrar o significado daquilo, principalmente para que se possa fazer um balanço da história e tentar indagar que efeitos aquele fato social gerou, positivos e negativos, e como eles se desenrolaram ao longo do tempo desses 40 anos.

IHU On-Line – Em relação ao modelo econômico do governo militar, como o senhor o descreveria?

Wilson Cano – A economia brasileira estava vivendo a crise do início e meados dos anos 1960, que decorre do esgotamento de um processo de crescimento industrial intenso, iniciado nos anos 1930, pela decidida visão desenvolvimentista de Vargas. Quase toda a América Latina viveu essa crise, não necessariamente no mesmo momento do Brasil. Eu chamo isso de uma “industrialização fácil”. Isso foi possível graças a uma série de circunstâncias internas e externas, que favoreceram a montagem e a expansão industrial, predominando os setores leves. Porém, no caso brasileiro, e em parte do argentino, a indústria havia montado já alguns compartimentos mais complexos. Na segunda metade da década de 1950, o Brasil deu passos muito mais avançados, montando uma indústria de bens duráveis e alguns segmentos da de bens de capital. Nesse sentido, ele é quase uma exceção na América Latina, salvo uma pequena proporção da indústria argentina que também havia avançado nesse setor. No esgotamento desse processo de crescimento anterior, a economia e a sociedade exigiam uma série de reformulações profundas, para que se pudesse repensar uma outra alternativa de crescimento.

IHU On-Line – Que reformulações eram essas?

Wilson Cano – Primeiro, os aparelhos de Estado, anteriores à “Crise de 1929”, remendados, precisavam de uma reestruturação e reclamavam uma reforma fiscal e tributária de envergadura. Em segundo lugar, a economia já era muito dife-

rente, mais complexa. Nós tínhamos ingressado na industrialização, portanto, o sistema financeiro reclamava, também, reformulações que pudessem ampliar e regulamentar o crédito ao consumidor, porque as pessoas queriam comprar geladeira, televisão, automóveis, e não apenas utensílios mais baratos. A indústria e a agricultura também demandavam financiamentos mais pesados de longo prazo. Os nossos sistemas financeiros eram completamente inadequados para atender a essas reclamações. Além disso, havia outros tipos de problemas. A nação reivindicava uma série de reformas, como a agrária, a urbana, a tributária, a do ensino, e outras. Como perdemos o embate político com as forças golpistas de 1964, quem fez as reformas foi a direita, não do modo como queríamos, nem com o conteúdo que pretendíamos, mas fez para atender, principalmente, aos interesses dela. De qualquer forma, algumas dessas reformas foram extremamente positivas para a continuidade de crescimento do País. Por exemplo, a reforma tributária, a instituição da correção monetária que permitiu ao estado corrigir a sua dívida e seus títulos e, portanto, ampliar o seu financiamento, a reforma do sistema financeiro que aumentou o crédito ao consumidor, a reforma do crédito rural, a reforma para o financiamento de bens de capital no BNDE, e eram sumamente necessárias. Com isso, foram feitas outras coisas que, evidentemente, nós não desejávamos, como a eliminação da estabilidade do trabalhador, em troca do fundo de garantia. Outras coisas foram bem feitas, como a instituição da caderneta de poupança e o sistema federal de habitação, que, no início, tinha como objetivo atender as demandas de habitação das classes de menor renda. Esse período de reformas foi positivo e é ele que vai permitir o primeiro avanço colossal que se dá na primeira fase do “milagre brasileiro”. Entre 1967 e 1970, o crescimento é vertiginoso, em torno de 10% ao ano. No início (1967), o crescimento foi facilitado, porque havia capacidade ociosa na economia. O estado teve as suas finanças revigoradas, com o que pôde ampliar o gasto e o investimento públicos. No período de 1970 a 1974, na continuidade do “milagre”, os militares perceberam que a economia, crescendo a uma taxa tão

alta, trazia uma série de efeitos econômicos e políticos importantes para eles, porque, com uma taxa de crescimento elevada, aumentava o emprego, portanto, a classe trabalhadora não tinha motivos para reclamar dos salários baixos ou de desemprego, que não havia mais. A classe média, porque, com o avanço da industrialização, se criaram muitos postos de trabalho moderno, de nível qualificado, com salários mais elevados, teve ascensão social. O empresariado, porque aumentou seus lucros e investimentos, não só pelo crédito fácil, mas também pelo crédito subsidiado. A agricultura se modernizou, etc. Porém os militares acharam que poderiam ainda continuar crescendo a essas taxas altas como 10%. Geisel, como inicia seu governo em pleno “milagre”, tentou prosseguir na política econômica de alto crescimento. Contudo, a economia já dava claros sinais de reproduzir o movimento inflacionário, o problema de balanço de pagamentos e com dificuldades de financiamento externo. Então o governo tentou fazer uma política que, ao mesmo tempo, obtivesse alto crescimento (o *Brasil Potência*) e desse conta daqueles problemas. Esse foi um erro gravíssimo que ele cometeu, pois nós demos passos muito maiores que nossas pernas permitiam.

***IHU On-Line* – Sua leitura, então, assinala fatos positivos e negativos no modelo econômico do governo militar?**

Wilson Cano – Os fatos positivos são: a taxa de emprego foi fenomenalmente alta, o PIB cresceu, como tinha crescido nos anos 1930, ou seja, mais de 10% ao ano, a urbanização avançou sobremodo, ampliamos consideravelmente a classe média, modernizamos parte da agricultura e uma parte substancial do setor industrial. Os fatos negativos são: nós tivemos um crescimento tão elevado da produtividade que poderíamos ter praticado uma política de redistribuição de renda urbana bastante considerável, e isso não foi feito. Em segundo lugar, para que a classe média ficasse cooptada e apoiasse os militares, eles passaram a desviar parte substancial dos recursos da política de habitação para o financiamento da habitação da classe média e menos para o financiamento das classes populares. Em terceiro lugar, piorou a distribuição

de renda. Em quarto lugar, não se fez a reforma agrária. Passados mais alguns anos, a partir de 1977-78, os problemas internacionais começaram a se agravar. Com o segundo choque de petróleo (o primeiro foi em 1973), em 1979, a inflação internacional e a crise financeira internacional cresceram e, no período de 1977 a 1979, o capital financeiro internacional começou a fechar as torneiras para os países subdesenvolvidos e foram totalmente fechadas na passagem de 1979 para 1980. Isso significava afogar todo aquele processo de euforia e elevado crescimento, porque ele estava calcado no financiamento externo via endividamento. A maioria dos países latino-americanos fez isso. Endividaram-se, porque era muito fácil obter empréstimos internacionais, e a taxa de juros, durante muitos anos, foi negativa. Todos incorreram no mesmo problema e todos também tiveram como objetivo transformar sua agricultura, transformar sua indústria e tentar, com isso, alterar a estrutura da pauta exportadora. Hoje nós temos uma pesadíssima herança negativa, que é a dívida externa e a dívida pública interna.

IHU On-Line – A origem da dívida externa e interna estariam naqueles anos?

Wilson Cano – Entre 1968 e 1976. É essa a origem.

IHU On-Line – A partir dessas bases, desses alicerces, como foi nos anos posteriores?

Wilson Cano – No meu livro *Soberania e Política Econômica na América Latina* (UNESP, 2000), eu denomino o capítulo sobre o Brasil, de “O sonho acabou”. O financiamento externo foi totalmente cortado, a inflação contaminou praticamente todos os países latino-americanos, em especial o Brasil e a Argentina, caminhamos para inflações muito elevadas e tivemos a década de 1980 inteira como a “década perdida”, porque ficamos como um cachorro querendo morder seu próprio rabo, ou seja, tentando nivelar a inflação e resolver o problema de balanço de pagamentos. Não se resolveu absolutamente nada, perderam-se 10 anos com um crescimento medíocre, com inflação alta, com falta de criação de empregos, com piora na distribuição de renda e com o agrava-

mento dos problemas sociais latino-americanos, principalmente problemas urbanos, como pobreza, habitação, saneamento, educação, saúde, etc. Na redemocratização brasileira, a partir de março de 1985, aconteceu isso e continuamos com os mesmos problemas estruturais econômicos.

IHU On-Line – Quais teriam sido outras alternativas econômicas, quando se esgotou o “milagre econômico”?

Wilson Cano – Infelizmente não foi possível juntar em uma mesma mesa Brasil, Argentina e México, principalmente esses três, que respondiam por um peso muito grande da dívida externa dos países subdesenvolvidos, em especial da América Latina, porque esses países estavam fragmentados por interesses externos muito diferentes. O México com seus interesses colados na economia norte-americana, a Argentina com um pressuposto ideológico muito complicado, pró-americano. Ela sempre tentou conduzir o estado argentino para uma forma liberal. Com isso sofreu uma desestabilização do mercado interno. Então estes três países não se uniram para tentar enfrentar o capital financeiro internacional, para tentar obter, no mínimo, uma negociação em bases mais condizentes com as necessidades da população. Isso não foi feito ou não foi possível, de qualquer maneira. Houve até ensaio para essa tentativa com os presidentes Alfonsín e Sarney em 1985, que resultou na criação da Associação de Livre Comércio, que, mais tarde, se converteria no Mercosul, mas foi uma amizade sem qualquer resultado objetivo.

IHU On-Line – Haveria possibilidades de estabelecer semelhanças e diferenças entre o modelo instalado pelo golpe militar, o modelo posterior do governo FHC e o modelo econômico atual do presidente Lula?

Wilson Cano – Nós tivemos um período de largo crescimento entre 1967 e 1980. Depois tivemos, na década de 1980, uma quase paralisia, houve o problema da inflação, juros, de resolução do problema da dívida externa, etc. Depois, nos anos 1990, foi o neoliberalismo, que, no início, agravou os problemas de inflação e de dívida externa.

Mas a política econômica adotada foi ainda pior do que a da década anterior. Antes, pelo menos, nós tínhamos salva-guardas, nós tínhamos grau de proteção para nossa economia e para nosso emprego e tudo isso foi jogado fora com a política de abertura comercial e financeira, a partir já do governo Collor, em 1990. Então hoje eles nos invadem 24 horas por dia. Atualmente, a situação é diferente, as políticas são diferentes, da dos anos 1990 e da dos anos 1980, mas continuamos como cachorros querendo morder o próprio rabo. Estamos tentando evitar que a inflação suba, que a dívida pública interna suba muito e tentando fazer com que o problema da dívida externa não derrame. Temos uma mesma política econômica de curto prazo, tentando buscar a estabilidade a todo custo e, com isso, estamos repetindo os mesmos erros da década de 1980, só que piorados, porque, além de crescermos quase nada, agora a situação, com a mudança das tecnologias, com uma série de mudanças na estrutura produtiva, fez com que o desemprego na América Latina mais do que duplicasse. Então nós estamos numa situação muito pior do que a dos anos 1980. A diferença substancial do governo Lula, em relação a Collor e FHC, não reside na política econômica, que é praticamente a mesma – a neoliberal –, mas na política externa, que tenta trazer de novo para o Brasil anseios de soberania na área internacional.

IHU On-Line – Mas a geração que está governando não foi parte da geração que lutou contra o golpe militar, contra o governo militar e contra a política econômica ortodoxa do FMI/BIRD?

Wilson Cano – Sim. Eles foram contra as políticas ortodoxas monetárias, contra esse controle férreo do gasto público, contra as privatizações, contra tudo. Só que são eles que estão no poder agora, repetindo os neoliberais.

IHU On-Line – O que está faltando? Vontade política?

Wilson Cano – Essa é uma pergunta de caráter político muito complicada. Eu mesmo fazia parte

da assessoria do PT. Fazia parte do grupo mais alto de economistas do partido. Esses anos todos (1989-2002), ficamos discutindo e escrevendo, fazendo os programas do partido. Eu não fui para o governo, tive uma briga muito séria dentro do partido, em julho de 2002, porque me rebelei contra algumas coisas que estavam sendo ditas, portanto eu me afastei.

IHU On-Line – Seu afastamento do PT foi por causa do modelo econômico que se preparava para quando Lula fosse governo?

Wilson Cano – Justamente, porque eles já mostraram, em 7/2002, que, muito provavelmente, dariam continuidade ao modelo neoliberal do Fernando Henrique Cardoso. A única solução acertada é a política externa. Vamos ver até onde vai ser possível. Mas, de resto, é a mesma coisa.

IHU On-Line – Na atualidade, o senhor continua sendo um dos assessores econômicos do governo, tem alguma participação?

Wilson Cano – Não, nenhuma. Não me retirei ainda do partido, porque tendo alguma esperança, não sei se é ingenuidade minha, de que se possa discutir e mudar isso dentro do partido. Cada dia que passa, entretanto, vejo isso mais longínquo.

IHU On-Line – Se o governo estivesse mais aberto a escutar os economistas e intelectuais mais críticos, haveria uma mudança?

Wilson Cano – Aqueles que se encontram no poder, raramente acatam as críticas e sugestões dos seus críticos. Se não fosse assim, teríamos evitado gravíssimos problemas com o endividamento externo e com o público interno, com o crescimento e com o emprego, e, que dizer da distribuição da renda e da reforma agrária, questões que contestamos desde a década de 1950! Às vezes, a desconsideração se dá com a outorga de pechas, como no regime militar, em que éramos “economistas catastrofistas”, ou no de FHC, em que éramos “neobobos”. Não sei qual será a alcunha no atual. Este criou vários conselhos para “ouvir a opinião pública”...

***IHU On-Line* – Então devemos perder a esperança?**

Wilson Cano – Não, pelo contrário, devemos manter nossa persistente resistência ao engodo, ao falso brilhante e à costumeira desculpa de

que “não há recursos para isto”... Ou, ainda, de que “não há alternativas...” Veja a “audaciosa” Argentina, que enquadrou recentemente seus credores, e ninguém sequer pensou em invadi-la... É preciso resistir e manter acesa a luta pela crítica e pela democracia.